MONARQUIA
X
REPÚBLICA
João Paulo Martino

João Paulo Martino

MONARQUIA X REPÚBLICA

Excalibur Editora
2013

Publicado por Excalibur Editora 2013

Obra registrada na
Fundação Biblioteca Nacional

Monarquia X República
Autor: João Paulo Martino

Contato com o autor:
joaopaulomartino@ig.com.br

Índice

Introdução

Uma grave crise assola o Brasil. O país se afunda cada vez mais num mar de corrupções, falcatruas, irresponsabilidades. O cidadão observa passivamente a completa desintegração de um regime político instaurado há cento e vinte anos: a República.

Teria a forma de governo de um país alguma diferença no desenvolvimento de uma nação? A opção pela República presidencialista, o parlamentarismo monárquico, ou o parlamentarismo presidencialista é algo insignificante para o bom andamento das instituições democráticas?

Com a derrubada da dinastia dos Braganças em 1889, o presidencialismo adotado no Brasil, segundo o modelo norte-americano, foi a melhor escolha?

Seria a República presidencialista o único regime aceitável para um país como o Brasil? Estaríamos condenados a aceitar passivamente estes governos que têm se locupletado em toda sorte de negociatas e atividades espúrias ao longo de mais de um século?

Cremos que não.

Estas questões e tantas outras podem e devem ser objeto de reflexão do cidadão brasileiro que, preocupado com o atual estado da nação, proponha-se a pensar sobre as diferentes formas de governo, suas vantagens e problemas específicos.

O golpe de estado que derrubou a monarquia no Brasil não deve ser tido como definitivo. O regime presidencialista, como já disse, copiado do modelo norte-americano, tem apresentado problemas há mais de cem anos.

Vale a pena ressaltar que a forma de governo escolhida com a queda da monarquia no Brasil não foi, como propalavam os republicanos, uma evolução natural, inquestionável, a qual não cabem discordâncias, questionamentos, nem dúvidas sobre a sua continuidade ou não. Foi antes de tudo uma escolha política dos diferentes grupos que participaram do golpe de 1889.

Descontentes com o regime monárquico, centralizado e nacional, a nova elite agrária do Brasil, particularmente os cafeicultores de São Paulo, queriam maior autonomia nas províncias e uma menor ingerência do governo central em seus negócios.

Eram representados pelo Partido Republicano de cada província, Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro, etc.

Por outro lado, temos parte do exército que havia crescido em tamanho e importância no Brasil após a Guerra do Paraguai. Influenciado pelas ideias positivistas, viam a monarquia como uma forma de governo ultrapassada, que deveria ser substituída por uma República presidencialista.

Ao contrário das elites agrárias republicanas, esse grupo de jovens militares defendia uma República centralizada e um governo forte, que seria liderado pelos militares, os quais levariam o Brasil a uma era de desenvolvimento nunca antes vista, segundo acreditavam.

Esta luta entre estes dois grupos vai se fazer sentir por todo o século XX no Brasil, com a vitória alternada de cada grupo ao longo dos anos. Os governos

militares de Deodoro e Floriano, a predominância dos cafeicultores paulistas e mineiros na República velha, a Revolução de 30, A Revolução de 32, o Golpe militar de 64, exemplificam a diferença de posições sobre os rumos da República no Brasil e as diferenças entre os grupos envolvidos.

Os inúmeros problemas advindos com a instauração do novo regime, bem como a incapacidade da República para resolvê-los, devem ser levados em conta, para a breve reflexão que nos propomos a fazer sobre o que tem acontecido em nosso país ao longo desses 120 anos e a melhor maneira de solucioná-los.

O PRESIDENCIALISMO NO BRASIL

Um dos problemas advindos com o estabelecimento da República presidencialista no Brasil foi o excesso de poder nas mãos de uma única pessoa, bem como os conflitos entre o executivo e o legislativo. É bastante comum vermos o presidente da República, e não só o atual, reclamar que em seu governo, poucos fazem e muitos atrapalham. Na verdade, o que querem mostrar à população, de maneira simplificada, é o choque de interesses entre o Congresso Nacional e o executivo. Esta luta, este conflito de interesses, é fonte de grandes prejuízos à nação brasileira e faz com que o Brasil caminhe devagar, quando poderia estar correndo.

O choque de interesses entre os poderes pode ser apontado como causa da renúncia de dois presidentes da República, que tencionaram governar sem o apoio do Congresso.

Então ficamos aqui pensando: se no regime presidencialista, grande parte da corrupção, troca de favores, distribuição de cargos, desvios de verbas, fundos obscuros para campanhas milionárias, se todas estas desgraças não são oriundas, quase exclusivamente, destes conflitos de interesses entre os poderes, por que então o Brasil não adota a forma parlamentarista de governo?

Para nós, tanto o parlamentarismo monárquico, quanto o parlamentarismo presidencialista, parecem soluções mais adequadas do que o que está aí.

Talvez a razão para que as coisas fiquem no pé em que se encontrem seja o interesse dos políticos em não perderem o poder que possuem no sistema presidencialista.

Obviamente, o Parlamentarismo não é panaceia para todos os problemas da nação brasileira. Corrupção existe em todas as nações e em todas as formas de governo (alguns países são mais hipócritas que outros em admitir tal fato, mas que existe, há isso lá existe!).

O Parlamentarismo no Brasil é um passo à frente na evolução da democracia no país. Muitos que criticam a forma parlamentar de governo afirmam, a plenos pulmões, que assim o povo perderia o poder de escolher o chefe supremo da nação, o Presidente da República, e teria que se contentar em eleger um Congresso, cujo soberano escolheria o Primeiro Ministro.

Quando escutamos estes tipos de asneiras, temos vontade de gargalhar. Escolher o quê? Os nomes apresentados às candidaturas a presidência são meticulosamente estudados pelos partidos, e os nomes escolhidos, o são não por suas virtudes, mas via de regra por seus vícios. O povo fica com a opção de escolher entre a frigideira e o fogo.

E após uma campanha bilionária, onde se realizam todos os tipos de negociatas, onde as origens dos fundos de campanha são de dar medo, é que vemos o grande problema das Repúblicas Presidencialistas: o embate entre o Congresso e o executivo.

Tão logo o governo é empossado, este passa a ser loteado e inicia-se o processo de distribuição de cargos a torto e a direito para manter um mínimo de governabilidade.

E é nestas distribuições de cargos e favores que aparecem as figuras mais corruptas da nação brasileira. Quando há alguma quebra de acordo, aparecem as denúncias, as acusações. Fica-se com a impressão de que o mundo vai acabar no dia seguinte, para depois de algum tempo tudo voltar à santa paz do Senhor. E tem gente que ainda se espanta com este tipo de coisa...

Quanto à questão do financiamento das campanhas, vitoriosa a candidatura apoiada, os grupos e pessoas que a financiaram passam a viver num mar de privilégios e bem-aventuranças, até que se aproxime uma nova eleição ou algum escândalo venha a desfazer este estado de coisas.

Agora pergunto ao leitor: escolhe o eleitor alguma coisa?

Nas linhas que se seguem, convidamos o leitor a uma rápida reflexão sobre o assunto, dando-lhe alguns subsídios para que chegue as suas próprias conclusões.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A República no Brasil surgiu a partir de um golpe militar no dia 15 de novembro de 1889. Com respaldo dos militares, aliados ao descontentamento das oligarquias rurais, encerraram abruptamente o reinado de D. Pedro II.

Sem o apoio das massas, o movimento revolucionário se instaurou com a promessa de realizar um plebiscito, onde os eleitores dariam nas urnas a sua opinião sobre a forma de governo a ser adotada, monarquia ou república.

O plebiscito não seria realizado por mais de cem anos, dentro dos quais tivemos observado crises, períodos de ditadura, estado de sítio e toda sorte de problemas próprios do presidencialismo, que concentra poderes nas mãos de uma única pessoa.

Muitos criticam o parlamentarismo e, mais especificamente, o parlamentarismo monárquico, afirmando que nesta forma de governo o povo é impedido de escolher diretamente seus governantes. Mas aqui cabe voltar à reflexão que assinalamos atrás: será que no regime presidencialista o povo realmente escolhe seus governantes com toda liberdade e independência?

Cremos que não. A lista de candidatos à presidência da República é sempre feita pelos partidos, segundo seus interesses e em conformidade com os acordos políticos que o eleitor não participa. Os candidatos escolhidos não são os mais capazes, os mais competentes, mas os que mais conseguirem penetração popular. Em nível municipal, é fácil a verificação do que dizemos, quando vemos a

composição das Câmaras municipais, onde pessoas completamente despreparadas são alçadas para a legislatura, simplesmente por terem boa aceitação pelo povo, e estes tolos se tornam marionetes dos partidos políticos, que os manipulam segundo seus caprichos e interesses.

A República presidencialista torna virtude o que em outras formas de governo é considerado um defeito grave.

Quanto mais maleável for o caráter do candidato, quanto mais concessões ele fizer, melhor se adaptará ao cargo.

É justamente este diálogo entre o presidente da República, o Congresso nacional e os interesses dos partidos, que tem sido causa de graves crises no Brasil. Se o presidente se propor a um enfrentamento direto com o Congresso, ou cai ele, ou há uma interrupção no ciclo normal de governo, instaurando-se um período de ditadura.

Vejamos alguns exemplos das crises na República do Brasil que desde seu início já começou mal:

Prudente de Moraes, presidente da Assembleia Constituinte de 1890, concorria ao cargo de Presidente da República, em eleição indireta, por meio do Congresso Nacional, tendo por concorrente o marechal Deodoro da Fonseca. Cresciam as possibilidades de Prudente de Moraes, quando Campos Salles o procurou para sugerir que desistisse de sua candidatura, pois sua vitória levaria à intervenção militar, ao fechamento do Congresso e à guerra civil.

Pouco depois, em novembro de 1891, Deodoro cercou com tropas o Congresso Nacional, dissolvendo-o, pois estava inconformado com o projeto de lei sobre crimes de responsabilidade do Presidente da República, aprovado pelo

Congresso, que ele vetara, mas sofrera nova derrota ao ver seu veto derrubado. Com a crise instaurada, Deodoro já adoentado, renuncia, assumindo Floriano Peixoto.

Floriano Peixoto não convoca eleições diretas como previa a Constituição, gerando uma nova crise.

A República Velha, 1889 a 1930, teve vida conturbada, marcada por um presidencialismo imperial, unipessoal, com predominância das elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais (a política do café com leite).

Institucionalizou-se a política dos governadores, meio pelo qual os Estados de menor expressão econômica garantiam apoio aos projetos federais (defesa da cafeicultura) em troca da não intromissão do governo federal em questões locais. Tal prática levou a consolidação do poder destas oligarquias estaduais a níveis nunca vistos no Brasil. O efeito nefasto de tudo isto foi a maior concentração de poder e dinheiro nas mãos de poucos privilegiados e a criação de verdadeiro curral eleitoral, formado por uma massa de miseráveis, que em troca de qualquer coisa vota nos candidatos indicados por estas elites.

Com a revolução de 30, grupos políticos que haviam vivido à margem do poder central, alcançam o poder e tentam estabelecer uma nova ordem política.

São Paulo, o estado mais rico da federação e que até 1930 havia dominado a política nacional, rebela-se, pega em armas e está até disposto a separar-se da federação se não tiver seus interesses resguardados: é a Revolução Constitucionalista de 1932.

Derrotada no campo das armas, a Revolução Constitucionalista conseguiu avanços nas propostas democratizantes da Constituição de 1934. A nova

Constituição durou pouco, pois logo o presidente Getúlio Vargas decretava o Estado Novo, com nítida inspiração fascista. A Constituição de 1937 reflete o direcionamento ideológico dessa nova fase da República.

Com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, o Brasil passa por um processo de redemocratização política, passando a ter sua quarta Constituição republicana.

O confronto entre Getúlio e o Congresso marcou o seu mandato constitucional a partir de 1950, culminando com o suicídio do presidente. O período que se seguiu à morte de Getúlio foi marcado por sucessivas crises políticas, onde fica evidenciado o isolamento do Presidente da República e o choque entre os poderes.

Exemplo desse confronto entre os poderes pode ser bem analisado na tentativa de golpe em novembro de 1955.

Juscelino (coligação PSD – PDT) havia tido uma vitória estreita sobre seu principal opositor Juarez Távora (UDN). JK teve 36% dos votos (3.077.411) contra 30% (2.610.462) de Juarez Távora.

Derrotada no campo das urnas, a UDN começou a propor abertamente mudanças no jogo eleitoral: só poderia assumir o candidato que tivesse recebido metade dos votos mais um.

No dia primeiro de novembro de 1955, no enterro do presidente do Clube Militar, o coronel Bizarria Mamede fez ataques contra a legalidade do pleito, chamando-o de “mentira democrática”.

O General Lott, ministro da Guerra, queria punir a insubordinação de

Mamede, mas como este era diretor da Escola Superior de Guerra, estava submetido diretamente ao Presidente da República.

Em 5 de novembro, o vice-presidente Café Filho teve um ataque cardíaco, assumindo o presidente da Câmara dos deputados, o Sr. Carlos Luz, que se recusou a punir o coronel Mamede. Em 11 de novembro, depois de se demitir do ministério, o General Lott botou as tropas nas ruas e destituiu Carlos Luz, dando o chamado golpe preventivo, visando garantir a posse de JK. A UDN ainda tentou articular uma reação, mas o presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu o governo sob estado de sítio. Café Filho tentou voltar ao poder, dizendo-se recuperado em 21 de novembro de 1955, mas foi impedido pelo congresso. Finalmente, em 31 de janeiro de 1956, Juscelino tomou posse.

Com Jânio, observamos novamente o confronto entre o Executivo e o Legislativo, culminando na sua renúncia, um expediente para tentar fechar o Congresso. Criou-se uma crise política e o Parlamentarismo pareceu ser uma solução temporária para a solução do problema (setembro de 1961).

Teve essa experiência parlamentarista curta duração, pois pouco mais de um ano depois, voltaria o Brasil novamente ao presidencialismo.

Em março de 1964, eclodiu o golpe militar de 1964. Em 1967, o Congresso é transformado em Constituinte por força do AI-4. Assinado pelo presidente Castelo Branco, tinha prazo para aprovar o projeto de Constituição enviado com base em "considerandos" revolucionários.

Após 21 anos de regime ditatorial, o governo Sarney, embora tenha consolidado liberdades democráticas, conviveu mal com a Constituinte, interferindo e cooptando vontades, com o intuito de perdurar. Ficou assim prejudicado o parlamentarismo, que era o sistema que contava com a afeição da

maioria dos constituintes.

Exemplo desta dicotomia entre legislativo e executivo também podemos observar no governo Collor. Eleito sem partido, sem programa de governo, Collor queria ser ator único na cena política brasileira. Assumiu uma postura ditatorial, pondo e dispondo de cargos e benefícios ao seu bel prazer.

Como dizia Ulisses Guimarães, o presidencialismo é a garantia do erro a prazo fixo. E foi esta garantia que prolongou as práticas mais abjetas deste governo. O próprio processo de *impeachment* só foi possível devido ao despudor de Collor e seus asseclas, que deixaram rastros de seus crimes, na certeza que tinham que ficariam impunes, impunidade facilitada pelo presidencialismo.

Viveu o país na corda bamba por mais de seis meses, prejudicando enormemente a economia, que se via paralisada diante das oscilações e crises políticas geradas pelo Presidente da República.

E todo este sofrimento, todo este “mar de lama”, toda esta corrupção em nome de quê? Apenas para preservar uma forma de governo que não tem dado certo no Brasil há mais de um século e que continua dando mostras, dia após dia, de corrupções deslavadas, lentidão para se solucionar crises e corrupção entre os poderes.

AS ORIGENS DO SISTEMA MONÁRQUICO NO BRASIL

A princípio, podemos dizer que o regime monárquico no Brasil se inicia antes mesmo da criação do país como Estado independente em 1822. Os reis portugueses eram também soberanos de suas terras de além-mar. Assim, os colonos do Brasil eram os súditos americanos do rei de Portugal. Dessa forma, ficam nulos de sentido as afirmações de muitos republicanos de que o regime monárquico no Brasil era "uma flor exótica". Se atentarmos bem para a realidade dos fatos, chegaremos à conclusão de que o único regime de governo que o Brasil conheceu em seus primeiros 389 anos de existência foi o regime monárquico.

A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil em 1808 cria uma situação nova. Com a transferência de D. João VI e de toda a família real para o Rio de Janeiro, veio para o Brasil toda a organização do Estado português. A abertura dos portos brasileiros às nações amigas, primeiro ato de D. João VI no Brasil, pôs fim de uma vez por todas ao regime colonial. A independência política era uma questão de anos.

Começava assim o descontentamento por parte dos portugueses com a nova situação. Até a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, o comércio internacional de Portugal se realizava principalmente com o Brasil. Além de consumidor, Portugal era o entreposto de todo o comércio exterior da colônia.

Ganhavam os navios portugueses com os fretes marítimos, as alfândegas ganhavam com as importações dos produtos coloniais e a exportação das

manufaturas estrangeiras para a colônia. Ganhavam os comissários portugueses com o armazenamento e revenda dos produtos. Todo este esquema desmoronara com a abertura dos portos.

A crise em Portugal afetava, além dos setores mercantis, todo o sistema produtivo, tanto na manufatura como na produção agrária. Era uma crise de caráter internacional, relacionada à Revolução Industrial em curso na Inglaterra, o que tornava Portugal cada vez menos competitivo.

Para os portugueses, toda esta crise tinha uma única explicação: a permanência da família real no Brasil e a quebra do pacto colonial.

Há que se ressaltar que a ideia de se transferir a sede da monarquia portuguesa para o Brasil vinha sendo ventilada há muito tempo. Segundo João Ameal, em seu livro *História de Portugal* "a ideia vem, aliás, de longe. Faz parte do nosso patrimônio histórico e é trazida ao lume nas ocasiões graves e melindrosas. Há quem sugira a D. Antonio, prior do Crato, em 1580, para se subtrair à invasão espanhola do duque de Alba e transportar além atlântico o fogo sagrado da independência pátria; dá o padre Antônio Vieira a D. João IV o mesmo conselho num lance dúbio da guerra da Restauração; com temor da Espanha, pensam Pombal e Dom Luís da Cunha, na ida de D. José para o Rio em 1762. Em 1803, advoga calorosamente igual solução D. Rodrigo de Souza Coutinho... Enfim, já em 1807, o conde da Ega, embaixador em Madrid, refere-se diretamente à possibilidade de tal medida e Tomás Antonio de Vila Nova Portugal, quer que pelo menos Dom Pedro, ainda príncipe real, parta para o Brasil".

Ainda nos primórdios da colonização do Brasil, quando Martim Afonso de Souza retornava de sua viagem à sua capitania de São Vicente, em conversa com D. João III, este lhe perguntou o que achava da transferência da corte para a

colônia, ao que o primeiro respondeu “doidice seria viver um rei, na dependência de seus vizinhos, podendo ser monarca de outro maior mundo”[1].

Mas no final do século XVIII, a situação na Europa se modificava rapidamente. Napoleão Bonaparte celebrara com a Espanha o *Tratado de Fontainebleau*, que na prática extinguia o Estado português como nação soberana e o dividia em pequenos principados, a serem entregues a seus familiares ou aliados do momento. A família real portuguesa passaria a viver confinada na França. O futuro para D. João VI era cada vez mais incerto e duvidoso.

A Inglaterra, velha aliada de Portugal, aconselhava a partida de D. João VI às suas terras americanas, não só para preservar a continuação do Estado português, mas para salvar o Brasil de uma eventual ocupação francesa. A Inglaterra mandou a Portugal vários diplomatas com o intuito de convencer o príncipe regente, dentre eles Lord Rosslyn e o almirante Jervis. De início, D. João procurava evitar tal solução, até que, sentindo-se pressionado por ambos os lados, decide tomar uma decisão em 2 de outubro de 1807: enviaria ao Brasil o jovem D. Pedro, então príncipe da Beira, lançando um manifesto aos brasileiros, recomendando o filho, que viria com o título de Condestável do Brasil. Quem parece não ter gostado muito da solução de D. João foi Dona Maria I, que mesmo em seu estado de demência teria dito: “ou vamos todos, ou não vá nenhum”.

O fato é que quando tudo estava pronto para a partida de D. Pedro ao Brasil, D. João mudou de opinião e decidiu que iriam todos juntos.

No dia 22 de novembro de 1807, chega a Lisboa a esquadra do almirante Sidney Smith, bem como o ministro Lord Strangford, que põe D. João diante de duas alternativas:

1) Partir imediatamente para o Brasil, levando toda a cúpula do Estado português;

2) Ficar em Portugal e sujeitar-se aos caprichos de Napoleão.

Se ficasse, perderia o Brasil para os franceses ou até mesmo para os ingleses; se partisse, perderia o território português, mas salvaria o Brasil.

D. João finalmente decidiu-se, reunindo-se com seu Conselho de Estado, que aprovou a viagem.

Com a vinda da família real para o Brasil, iniciava-se uma nova fase para o nosso país e o regime monárquico lançava profundas raízes nas terras férteis deste país continente.

A CHEGADA DE D. JOÃO VI E A CRIAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL

A França de Napoleão Bonaparte havia já dado um ultimato a Portugal: se até o dia primeiro de dezembro de 1807, Portugal não fechasse seus portos aos navios ingleses, confiscasse as propriedades e prendesse todos os súditos ingleses residentes no país, a aliança Franco-espanhola declararia guerra a Portugal.

Não aceitando as imposições de Napoleão, D. João VI parte para o Brasil no dia 27 de novembro de 1807. Com ele, vinha todo o Estado Português, parte da nobreza, a biblioteca real com seus quase 60 mil volumes. Eram oito naus, cinco fragatas, três brigues e trinta navios mercantes, sob a escolta de quatro navios de guerra britânicos. No total, eram mais de dez mil pessoas, que inicialmente aportaram na cidade de Salvador na Bahia, onde permaneceram por 45 dias, seguindo depois para o Rio de Janeiro.

A chegada no Rio de Janeiro ocorreu no dia 8 de março de 1808 sob o som dos clarins, o espocar dos rojões e o aplauso de todo o povo que via na chegada da família real uma nova fase auspiciosa para o Brasil.

A família real se instalaria inicialmente no Paço dos vice-reis e mais de duas mil casas foram requisitadas, tendo seus moradores sido desalojados, para nelas se alojar os fidalgos de Portugal.

Foi Elias Antônio Lopes, um rico traficante de escravos, que ofertou a Quinta da Boa Vista à D. João VI, instalando-se aí a residência real. Passou o

Rio de Janeiro por rápidas transformações: charcos foram drenados, ruas ampliadas e calçadas. Com a chegada da Missão Francesa em 1816, a cidade iria começar a adquirir ares imperiais.

Para o Brasil, no entanto, a vinda da família real portuguesa foi o início da criação das estruturas para a criação do Estado nacional brasileiro.

É importante ressaltar que, durante todo o período colonial, o Brasil não existia nos moldes de hoje. O que havia eram províncias isoladas, com administrações que se reportavam diretamente ao governo de Lisboa.

Ressalte-se que a existência de um vice-rei em Salvador, e depois no Rio de Janeiro, não foram suficientes para unir as províncias.

O impulso dado à economia brasileira, após a abertura dos portos de 1808, tornava mais evidente a obsolência das instituições coloniais no Brasil.

Em janeiro de 1820, eclodia na Espanha a Revolução Liberal. Temeroso de que esta se espalhasse por Portugal, D. João VI apressou-se em decretar medidas que beneficiassem o comércio português, mas estas não foram suficientes para deter o processo revolucionário.

Em 24 de agosto de 1820, a cidade do Porto sublevava-se. Constituíram-se as Cortes que logo passaram a exigir a volta da família real para Portugal.

Num primeiro momento, tanto portugueses como brasileiros aderiram à revolução do Porto. Os primeiros viam nesta a oportunidade do restabelecimento de privilégios e a volta ao Brasil a condição de colônia de Portugal. Já os brasileiros acreditavam que a revolução tivesse um caráter liberal, que poria fim ao absolutismo, aos monopólios e os privilégios que ainda subsistiam.

Acreditavam que a instituição de um governo constitucional lhes daria oportunidade de consolidar as conquistas do Brasil após 1808.

Logo ficaram claros os interesses de Portugal em relação ao Brasil. Já na própria representação brasileira nas cortes se constatava a desvantagem desta, pois num total de 205 deputados, o Brasil só tinha direito a 75, dos quais apenas 50 compareceram...

Surgiram no Brasil três partidos distintos, que viam a solução para a crise entre Brasil e Portugal de maneiras distintas:

Um partido predominantemente português, composto na maioria por comerciantes portugueses, ansiosos por restabelecer antigos privilégios.

Um segundo partido, formado por altos funcionários públicos, fazendeiros, comerciantes ligados ao comércio inglês, desejava a autonomia, em função da impossibilidade de uma monarquia dual (Brasil e Portugal unidos, mas com dois congressos). Este logo aderiu à independência, apoiando e estimulando as tendências separatistas de D. Pedro.

Finalmente, havia um Partido Republicano, igualmente interessado na independência, composto por elementos mais radicais, ligados à atividade urbana: farmacêuticos, jornalistas, ourives, médicos, professores, pequenos comerciantes, advogados, padres. Um número importante deles, liderados por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, reunia-se na Loja Maçônica Grande Oriente.

Sonhava este grupo com um regime republicano semelhante ao adotado nos demais países da América.

Com o desenrolar dos acontecimentos e o interesse do príncipe regente em aderir à independência do Brasil, fortaleceu-se o movimento por um Brasil independente, monárquico.

A situação na Europa piorava. Desde o *Congresso de Viena*, as grandes potências reunidas na Santa Aliança tinham se comprometido a repelir as revoluções que eclodissem na Europa e na América.

Nos últimos dias de agosto de 1822, chegaram ao Brasil notícias de Portugal: as Cortes reduziam o papel do príncipe a um mero delegado temporário. Sob a presidência da princesa Leopoldina, o Conselho de Estado, reunido durante a ausência de D. Pedro que se achava em viagem por São Paulo, tomou conhecimento das ordens chegadas de Portugal, onde se anunciava o propósito de se enviar tropas para o Brasil. José Bonifácio escreveria uma carta ao príncipe, expondo com a máxima clareza a situação:

"... o dardo está lançado e de Portugal não temos a esperar senão a escravidão e horrores. Venha V. ª quanto antes e decida-se porque irresoluções e medidas de água morna à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem e um momento perdido é uma desgraça."

Com a independência, a solução monárquica pareceu a mais natural, a que menos mudanças causaria nas estruturas brasileiras. Temia-se mais do que tudo uma revolução popular que viesse abalar os pilares em que se sustentavam a economia brasileira: a grande propriedade e a mão-de-obra escrava.

O próprio conceito do que fosse uma democracia era mal visto na época. A desconfiança em relação ao povo era tão generalizada, que na própria Assembleia Constituinte, vemos o deputado Henriques de Rezende, antigo revolucionário de 1817, afirmar-se "inimigo da democracia" O próprio José

Bonifácio em uma de suas notas afirmava: “Nunca fui nem serei Realista puro, mas nem por isso me alistarei jamais debaixo das esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia. A minha Constituição não é a sua, e serei sempre o que quiserem, contanto que não seja o que eles são: nem corcunda nem descamisado.”

Tais afirmações, que para o nosso tempo chegam a causar um certo mal-estar, na época eram correntes, e se formos julgar os homens do passado sob o ponto de vista de nossas convicções, estaremos desconsiderando todo o processo evolutivo da sociedade brasileira e acabaremos por não entender bem a formação de nossa sociedade.

REPÚBLICA DA CONFUSÃO

Muitos leitores talvez torçam os narizes quando se fala em D. João VI, D. Carlota, D. Maria I. Nada mais compreensível. Afinal, são mais de cem anos de propaganda republicana e como qualquer estudante de primeiro ano de história sabe, a versão oficial dos fatos é sempre a versão dos vencedores.

Proclamada a República, os novos poderosos de plantão trataram de reinterpretar os fatos e personagens de nossa história, dando a sua versão sobre os acontecimentos. Não se cansavam de criticar o antigo regime, acentuando bem as cores do que lhes parecia avesso aos seus interesses.

Desta forma, os republicanos não se cansam de mostrar D. João VI como um poltrão devorador de frangos e que no Rio de Janeiro não fazia outra coisa a não ser comer e cochilar. A mãe, D. Maria I, o filho D. Pedro, a esposa D. Carlota Joaquina, todos são apresentados como um bando de degenerados que, movidos pelos mais torpes apetites, desprezavam a terra e a gente brasileira. Esta história da tomada das melhores residências para ali se alojar a nobreza portuguesa (lembram-se do PR afixado nas casas requisitadas, iniciais que o povo lia como “ponha-se na rua”?) é contada e recontada pelos republicanos como exemplo inatacável do caráter distorcido da realeza e do império.

Não se trata aqui de fazer uma análise psicológica das personalidades de D. João VI e da família real, nem de se justificar arbitrariedades cometidas no calor do momento da chegada da família real ao Brasil. Não. Definitivamente não. O que queremos é relativizar a crítica dos republicanos, que parecem estar

investidos da maior pureza de caráter e de ideais acima do bem e do mal, não sendo alvo para críticas e reprimendas.

Quanto ao caráter moral dos governantes no regime presidencialista, torna-se dispensável qualquer comentário. Basta abrir qualquer manual de história, e lá encontraremos o perfil clássico de psicopatas.

Os republicanos acreditavam que estavam imbuídos de uma pureza de ideais. Vale refletir a ação deles logo no início da República brasileira: A Guerra de Canudos na Bahia (1897) e a Reforma urbana do Rio de Janeiro (1904). O leitor tire suas conclusões e veja se não lhe parece o roto falando mal do rasgado.

As primeiras notícias de Canudos surgiram no ano de 1893. As autoridades baianas informavam ao governo federal a existência, no sertão da Bahia, de um núcleo de “fanáticos religiosos”, liderados por um indivíduo chamado Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro.

Logo, o movimento foi acusado de monarquista, o que na visão dos republicanos era a mais infame acusação de que poderiam sofrer. Aqueles pobres sertanejos, que buscavam uma alternativa aos desmandos e à fome que as oligarquias os submetiam, foram acusados de tentar derrubar a república e de que estariam sendo organizados e fortemente armados por líderes expatriados do governo imperial.

Inicialmente, foi enviada uma força policial para submeter os rebelados, tendo esta sido derrotada. Em seguida, foram enviados dois destacamentos do exército, tendo estes tido a mesma sorte. Foi enviada então, diretamente do Rio de Janeiro, uma expedição militar, fortemente armada, com artilharia pesada e equipamentos modernos, comandada pelo general Moreira César, positivista obstinado, que também foi derrotado.

Organizou-se uma quarta expedição militar para destruir definitivamente Canudos. Desta vez, era composta por duas divisões completas do exército, que concentrava o maior poder destrutivo reunido desde a Guerra do Paraguai. Desta vez, os republicanos poderiam se vangloriar de uma vitória, mas a que preço!

Quem fosse preso pelos soldados republicanos era sumariamente degolado. Para acelerar o processo de destruição de Canudos, os oficiais decidiram jogar querosene nos casebres de pau e palha, queimando vivos os moradores remanescentes. Morte e destruição por toda parte. E em nome de quê?

Quanto à reforma urbana do Rio de Janeiro, vale salientar que após o fim da escravidão, grandes levas de ex-escravos migraram das decadentes fazendas de café do vale do Paraíba para a capital do Brasil. Esta população extremamente pobre foi se concentrando nos antigos casarões do início do século XIX no centro da cidade. Nem é preciso dizer sobre as péssimas condições destas habitações e de como eram focos constantes de epidemias e doenças.

O Rio de Janeiro era o terceiro porto em importância das Américas, só perdendo para o de Nova Iorque e o de Buenos Aires, sendo a vitrine do Brasil, devendo ser um pólo de atração para imigrantes e investimentos.

Ocorre que a cidade vivia sob focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, mas principalmente de varíola e febre amarela. A cidade tinha a triste alcunha de túmulo dos estrangeiros.

Identificaram-se três problemas, a saber:

> 1) O porto da cidade era obsoleto, grandes navios não podiam atracar diretamente, exigindo o transbordo para navios menores, o que, além de incomodo e trabalhoso, era caro.

2) As via centrais da cidade eram estreitas e tortuosas. Atravessar a cidade de feições coloniais para se acessar as estradas de ferro era algo muito complicado.

3) As aglomerações no centro da cidade, nos cortiços, eram focos de epidemias e promiscuidade.

Conceberam um plano triplo para enfrentar o problema. Executariam simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana.

Foi então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves o engenheiro Lauro Muller para a reforma no porto, o médico sanitarista Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris sob o barão de Haussmann, para a reurbanização.

Pois muito bem. Iniciou-se a tal regeneração do centro da cidade e, com ela, a demolição das casas da área central. Era o bota-abaixo, que despejou de uma hora para outra milhares de pessoas miseráveis, as quais, não tendo outra alternativa de moradia, reuniram seu parcos pertences e foram fixar-se nos morros cariocas, dando origem assim às favelas.

O povo rebelou-se contra essa arbitrariedade do Estado, no que ficou conhecido como a Revolta da Vacina de 1904.

Rodrigues Alves assumiu o comando da repressão, pondo em ação as tropas do exército. Como a insurreição não cedesse, foram convocadas as tropas da marinha. Também foram enviadas tropas auxiliares de Minas Gerais e de São Paulo. E somente assim, com a união de todas estas forças, conseguiu o governo controlar o movimento.

Não contentes com o belo papel que tinham feito, o chefe de polícia da capital deu ordens para que toda e qualquer pessoa abordada no centro da cidade, que não pudesse comprovar emprego e residência fixos, fosse detida. Os detidos eram levados para a ilha das cobras, para depois serem colocados em porões de navios e conduzidos para a floresta amazônica. Sob o pretexto de servirem de mão-de-obra para a extração da borracha, os prisioneiros eram abandonados a sua própria sorte no meio da floresta, onde a maioria deles pereceu.

Dois exemplos apenas do início do regime republicano em nosso país. Os leitores julguem por si mesmo. Estes homens, que cometeram toda sorte de atrocidades e desmandos, viviam no império a dizer os maiores impropérios sob o imperador e as arbitrariedades da monarquia. Enquanto não governavam, eram inatacáveis e posavam com a pureza das vestais. Mas bastou tomarem à força o governo, que vinha evoluindo naturalmente ao longo dos anos, para mostrarem as suas verdadeiras faces. E o horror do Brasil diante de seus atos não foi pequeno.

REGIMES POLÍTICOS, FORMAS E SISTEMAS DE GOVERNO

Parece complicado, e creio que não só parece como é. O fato é que desde os primórdios da humanidade, quando o homem começou a se organizar em comunidades maiores, surgiu a necessidade de líderes e de governos que impedissem a anarquia.

Infelizmente, apesar dos nossos desejos, não podemos prescindir da presença do Estado. Imaginem se cada um fosse viver a seu bel prazer, sem regras comuns de convivência, sem leis, nem mecanismos para fazer com que os homens as cumprissem? Creio que nossa espécie já estaria extinta há muito tempo. O fato é que, ao longo dos séculos, o homem organizou o Estado e as diferentes formas de governo para evitar que cada um vivesse por seus próprios critérios, ou o pior, sob nenhum critério.

Ao longo deste processo evolutivo, a história nos apresenta as diversas maneiras pelas quais os homens se organizaram para viver em comunidades. Há séculos, filósofos e, modernamente, cientistas sociais, estudam as formas de organização do poder. Essas diferentes formas são classificadas com três critérios fundamentais: a origem, a distribuição e o controle do poder.

Assim, dependendo das fontes de legitimidade das principais funções políticas e de quem as exerce, de como as diferentes funções políticas estão distribuídas e de como o exercício do poder é controlado, classificamos diferentes regimes políticos e distintas formas e sistemas de governo.

Regime político

A grosso modo, um regime político caracteriza-se pelas regras e instituições que regulam a disputa pelo poder político e o seu exercício entre os cidadãos ou grupos sociais. A história registrou dois tipos básicos de regimes políticos: a) Regimes autocráticos

b) Regimes democráticos

As autocracias são regimes onde o poder político reside em uma única pessoa. Existem três fontes de legitimidade para regimes deste tipo: 1) A divindade e a religiosidade, quando o titular do poder político é considerado o representante divino que tem a missão de guiar e proteger seu povo; 2) A força e a inteligência "sobre-humanas", normalmente atribuídas aos chefes militares; 3) As doutrinas político ideológicas, que atribuem ao chefe de organizações políticas o poder de dirigir e proteger seu povo.

As democracias são regimes políticos onde a origem do poder está no povo, no cidadão. A distribuição do poder e o controle do seu exercício também estão nas mãos do povo. Todos os membros da sociedade têm iguais direitos políticos. É esse valor político que constitui a soberania popular, base da organização de um regime democrático.

Forma de governo

Existem duas formas de governo: a monarquia e a república.

A monarquia se define pela existência de uma Casa real, instituição que se constitui de uma família, guardiã das tradições culturais e históricas da sociedade. A Casa real tem obrigação moral e política de proteger o país, a nação e o seu povo. O chefe da família real é o chefe de Estado.

A República é uma forma de governo onde nenhuma família ou indivíduo é o guardião das tradições da sociedade. A função de guardião do país pertence ao Estado, que é uma organização pública. Para que o Estado exerça esta função, é necessário que alguém assuma sua direção.

Além da função de chefia de Estado, tanto nas monarquias quanto nas repúblicas, existe uma outra função fundamental: governar o país.

Sistemas de governo

Existem três sistemas de governo:

a) Monocrático

As funções executivas e legislativas estão sob a tutela de um chefe supremo (religioso, militar, de um partido).

b) Parlamentarista

c) Presidencialista

Nos governos parlamentaristas, as chefias de Governo e Estado estão separadas. O rei ou o presidente (conforme a forma de governo) é o chefe de Estado, e o Primeiro Ministro é o chefe de governo. A fonte de legitimidade do governo está no parlamento, eleito pelo povo. A população elege seus representantes (deputados) e os partidos que obtiverem a maioria irão constituir o governo.

No presidencialismo, a chefia do Estado e de governo estão na mesma pessoa. A fonte de legitimidade decorre diretamente do eleitorado.

Governo presidencial significa governo organizado autonomamente pelo presidente e chefiado por ele. Governo parlamentar significa governo organizado pelo parlamento e chefiado por um parlamentar, aceito pela maioria dos deputados.

Parece-nos desnecessário discutir as vantagens do regime democrático sobre

o autocrático. A evolução natural dos regimes de governos levam a estas conclusões. Quanto a isto não há discussões.

Agora, quanto à questão da forma e sistema de governos que um país deve adotar, creio que há espaço para reflexão e discussão.

Ao adotar a forma republicana, os novos líderes políticos, apesar da promessa de um plebiscito, acharam que a República Presidencialista era a forma que mais convinha ao Brasil. Todas as outras formas de governos eram vistas como inadequadas ao desenvolvimento do país e os defensores da monarquia eram logo tachados de reacionários e saudosistas de uma forma de governo que já tinha dado o que tinha de dar.

Logo se começou a falar na cláusula pétrea, isto é: a Constituição do Brasil republicano, nem aceitava discutir democraticamente a forma de governo, quem discordasse que sofresse as penas da lei.

A tal cláusula pétrea, que os republicanos logo trataram de colocar na Constituição, impedia a organização de partidos monarquistas, bem como a organização nos termos da lei de agremiações ou associações que defendessem esta forma de governo.

Vale ressaltar que no segundo reinado, os republicanos tiveram toda a liberdade para expor suas ideias, organizarem-se em partido político, realizarem congressos. A liberdade de pensamento estava garantida e encontrava em D. Pedro II um forte defensor.

É de estranhar que esta gente, que gozou de todas estas prerrogativas, quando assume o poder, proíbe qualquer forma de organização de um partido monárquico.

D. PEDRO II

A criação e consolidação do Estado nacional brasileiro estão intimamente ligadas ao estabelecimento da monarquia no Brasil e, particularmente, às figuras de D. Pedro I e de D. Pedro II.

Não se pode falar em Estado brasileiro antes de 1808. O que existia no Brasil eram núcleos de povoamentos que se desenvolveram ao longo da costa brasileira e em algumas áreas do interior, mas que viviam praticamente isolados entre si, reportando-se diretamente ao governo de Lisboa. A ideia de nação, de pátria, só seria construída no século XIX, dentro do período monárquico.

Não fosse o fator de união representado pela figura do imperador, o Brasil hoje talvez não tivesse as dimensões atuais e, provavelmente, teria se pulverizado numa infinidade de pequenas Repúblicas, como ocorreu no resto da América espanhola.

Todo bom republicano gosta de fazer pouco caso da importância da monarquia para a criação do Estado nacional brasileiro e não se cansam de atacar os membros da casa real brasileira, no intuito de enganar a opinião pública, tentando encobrir a realidade dos acontecimentos.

Cremos que a figura de D. Pedro II é crucial para entendermos a importância do sistema monárquico no Brasil. Nas linhas a seguir, passamos a estudar alguns aspectos de sua trajetória e do seu perfil.

É o próprio Rui Barbosa quem nos faz um comentário sobre a personalidade

de D. Pedro II e que sintetiza bem a sua relevância para o Brasil. Rui Barbosa, que fora inicialmente favorável à República, logo perceberia os descaminhos que esta forma de governo tomaria. É famoso o trecho de seu discurso no senado, pronunciado no dia 17 de dezembro de 1914, onde crítica a República e exalta o imperador Pedro II.

Curiosamente, os republicanos gostam de citá-la pela metade, omitindo propositalmente a parte em que se crítica a República e que dá sentido completo à sua alocução. Pois vejamos a citação por inteiro e o leitor há de compreender melhor:

"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

Essa foi a obra da República nos últimos anos. No outro regime, o homem que tinha nódoa em sua vida era um homem perdido para todo o sempre – as carreiras políticas lhe estavam fechadas. Havia uma sentinela vigilante de cuja severidade todos se temiam e que, acesa no alto, guardava a redondeza, como um farol que não se apaga, em proveito da honra, da justiça e da moralidade."

Pedro João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Alcântara, nosso D. Pedro II, nasceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1825.

Poderíamos aqui discorrer sobre a infância, a juventude e a maturidade de nosso segundo imperador. Podemos imaginar as dificuldades na formação do príncipe, órfão de pai e mãe, que apesar do afeto e carinho de seus preceptores, estes nunca puderam substituir o amor dos pais.

Desde muito cedo, entregou-se a uma sólida formação cultural e moral, que foi fundamental para os 49 anos que chefiou a nação brasileira.

Algumas características podem ser destacadas, em seu reinado, principalmente porque se tornam gritantes as diferenças após a proclamação da República.

Pois muito bem, passemos a enumerá-las e o leitor reflita e compare com o governo de nossos dias.

ACESSIBILIDADE

Neste ano de 2007 em que escrevo estas linhas, aconteceu um episódio muito esclarecedor sobre o tópico acima. Um homem simples, vindo do nordeste, gastara todas as suas economias para chegar a Brasília e poder falar com o Presidente da República. O pobre homem se dirige ao palácio do planalto e, ingenuamente, pede para falar com a autoridade máxima da República.

Aconselhado a deixar o local, o homem se desespera. Viajara tanto para expor seus problemas e agora era barrado sem ao menos poder entrar no palácio. O problema se prolongava e o homem não parecia querer ir embora. A televisão chega. O Brasil vê a agonia de um cidadão que, jogado no chão, pede e grita que quer falar com o Presidente da República. Finalmente, o homem é detido e levado para exames psicológicos. Conclusão: a chefia máxima da República é tão inacessível ao cidadão comum, que qualquer um que tente falar diretamente com o Presidente da República é tido como louco e, portanto, deve ser internado.

A questão da inacessibilidade presidencial pode ser verificada quando os chefes republicanos se vêem obrigados, por qualquer motivo, a passarem mesmo que de longe pelo povo. Uma verdadeira operação de guerra é montada para proteger e isolar o presidente. Ai daquele que tentar se aproximar.

No tempo do império era diferente. Todo mundo, sem exceção, podia ser facilmente admitido à presença do imperador, não se exigindo vestimentas nem autorizações especiais para tal. Bastava apresentar-se no Paço, dizer o nome que era escrito num grande livro, e penetrar naquelas salas abertas. Um cronista da

época dizia:

“Cada um pode apresentar-se como quiser, de casaca, de uniforme, de blusa, de roupa de trabalho; nem por isso deixa de ser recebido por Sua Majestade. O mais humilde negro, em chinelos ou pés descalços, pode falar ao Soberano.”

O Conselheiro Nuno de Andrade descreveu uma audiência do Imperador:

“Às cinco horas em ponto, desci do tílburi, junto à portinha baixa onde uma sentinela cochilava. Não se pedia licença para entrar. Tomei a escada da direita, e fui ter a um longo salão retangular quase sem móveis, com grandes quadros nas paredes. O Freire, criado da casa, meu conhecido, disse-me:

- O Imperador não tarda.

Cerca de quinze pessoas esperavam D. Pedro II, e entre elas um preto vestido de brim pardo, sem gravata, com uns grandes sapatos muito bem engraxados. Depreendia-se do lustro do calçado que o preto cuidara de parecer asseado; e, como era idoso, a intenção traduzia certa altivez nativa. Tinha ido a pé e sentia-se cansado, por isso sentara-se no chão da galeria. O Pederneiras, com sua barba branca, chegou-se a mim, indicou o preto e disse filosoficamente:

- Ainda querem mais liberdade nesta terra...

Instintivamente, olhamos para as portas, constantemente abertas a todos os brasileiros.

O Imperador apareceu no extremo da galeria, e o preto levantou-se. Seria o primeiro a falar ao soberano, e ninguém se lembrou de lhe disputar a

precedência. O Imperador lhe perguntou:

- Então, como está? Que é que temos?

- Estou bom, sim senhor. E vosmecê? Eu venho dizer a vosmecê que fui voluntário na guerra do Paraguai. Na batalha fiquei com um braço ferido por bala. Curei-me e continuei até o fim de tudo. Depois voltei e caí no meu ofício de empalhador. Há um ano adoeci do fígado e o Dr. Miranda, na Santa Casa, me fez uma operação. Nunca mais tive saúde. Agora não posso mais trabalhar no ofício e não tenho vintém para comprar farinha. Na secretaria do império, há falta de servente. E eu fui falar com o ministro. Mas o ministro não fala com toda a gente. Estão lá uns mulatinhos pernósticos, que me dizem sempre:

- Você espere. Eu espero, sim senhor: e depois os mulatinhos me mandam embora, porque o ministro não recebe mais ninguém. Já três vezes isso me aconteceu. Então fiquei zangado e pensei assim: vou falar ao Imperador, que é nosso pai: ele não manda a gente embora. Ora, pois, eu queria que vosmecê me desse um bilhetinho para o ministro...

O Imperador chamou o general Miranda Reis, que então o acompanhava, e disse-lhe algumas palavras. Voltando ao preto exprimiu-se assim:

- Vá com Deus. Fico sendo seu procurador, e tratarei do seu negócio."

O IMPERADOR ERA MAIS ECONÔMICO

A afirmação acima vem reforçar a ideia de que, no império, a manutenção da família imperial era muito mais barata do que a manutenção da presidência da república.

Cabe aqui ressaltar que não se trata apenas de mera economia de dinheiro para o erário público. A grande diferença está nos aspectos morais dos líderes da nação nos dois tipos de regime. No período imperial, o imperador do Brasil era o primeiro a zelar pelos gastos públicos em geral e, particularmente, sobre as dotações que a família imperial recebia.

Para clarear um pouco a questão, basta citarmos o fato que, de 1841 a 1889, a dotação da família imperial permaneceu inalterada: 800 contos de réis por ano. E o imperador não utilizava esta verba só para sua família ou a manutenção dos palácios, mas subvencionava grandes artistas como Carlos Gomes, Victor Meireles, Pedro Américo.

Quanto a Carlos Gomes, graças à pensão que lhe concedia pessoalmente o imperador, pôde concluir seus estudos na Itália. Sua obra-prima, *O Guarani*, foi apresentada no teatro Scala de Milão. Jamais outro compositor brasileiro havia alcançado tamanho sucesso. Uma vez, Carlos Gomes declarou: “se não fosse o imperador, eu não seria o Carlos Gomes”.

Apesar de ter honrado o Brasil com sua obra, Carlos Gomes viu-se privado da ajuda imperial após a proclamação da Republica, que lhe recusou uma

pensão, justamente porque era amigo da família imperial. E ainda tiveram a vilania de convidá-lo para compor o hino da República, o que ele elegantemente recusou em honra ao seu protetor destronado. Isso apesar do orçamento geral do império ter crescido enormemente (de 15000 contos de réis em 1841 para 150 mil contos em 1889). Curioso é notar que um dos primeiros atos da República foi o de fixar para o Marechal Deodoro um salário de 1400 contos de réis.

Vejamos outro exemplo da diferença de gastos nos dois regimes: as viagens.

Diz-se que os governantes são grandes passeadores. A julgar pelos presidentes de nossa República, a afirmação não poderia ser mais correta. Mas comparemos alguns dados e o leitor, pausadamente, poderá refletir e tomar suas próprias conclusões.

D. Pedro II fez três viagens internacionais. Pagou-as de seu próprio bolso. Na primeira vez que viajou ao exterior (1871), ao conceder a Assembleia Geral a necessária licença, o deputado Teixeira Júnior propôs que a Assembleia liberasse uma verba de 2000 contos de réis para a viagem do imperador; o deputado Melo Morais, discordando, propôs 4000 contos de réis e um aumento da dotação da princesa Isabel, pois ia assumir o Regência. Veja o leitor o bilhete que escreveu D. Pedro II ao ministro do Império João Alfredo Corrêa de Oliveira:

"Espero que o ministério se apresse em fazer desaprovar quanto antes semelhantes favores, que eu e minha filha rejeitamos. Respeito a intenção de todos; mas respeitem também o desinteresse com que tenho servido a nação."

E tem mais, quiseram que um navio de guerra escoltasse uma comitiva de outros três navios para levar o imperador à Europa, mas D. Pedro II foi mesmo em um simples navio de carreira. É como se hoje o presidente da República pegasse um avião no aeroporto de Brasília e viajasse, sentadinho no corredor de

um avião comum, esperando como todo mundo, submetendo-se a todos os procedimentos como qualquer cidadão comum.

Mas se o leitor não quer acreditar, vejamos um exemplo republicano. O presidente José Sarney, em cinco anos de mandato, fez 34 viagens internacionais, passando 124 dias fora do país. Levou nestas viagens 2020 convidados. Só na viagem para o bicentenário da Revolução Francesa, Sarney utilizou-se de dois boeings para seu convidados, além de um DC-10 para seu conforto pessoal. E essa gente toda a se divertir a valer nos hotéis mais caros de Paris! Ninguém pôs a mão no bolso e tudo foi pago pelos cofres públicos. O cidadão arcou até com as lembrancinhas.

Infelizmente, não se trata de casos isolados. O presidente Lula, que também é um grande passeador, chegou a gastar uma verdadeira fortuna na compra de um avião presidencial. E assim, de desperdício em desperdício, vai a República enterrando o Brasil.

Outra fanfarronada que os republicanos adoram espalhar por aí é que, no Império, havia grandes despesas com festas suntuosas e gastos desnecessários com luxos e riquezas.

Particularmente, o império brasileiro era bastante parcimonioso no tocante a grandes festas oficiais. Consta-se que D. Pedro II tenha oferecido três grandes festas em sua vida: a de sua aclamação, a de seu casamento e a da ilha fiscal. Esse baile da ilha fiscal foi usado *ad nauseam* pelos republicanos, como exemplo de esbanjamentos do período imperial.

A chegada ao Rio de Janeiro de um navio da Marinha chilena, o encouraçado Almirante Cochrane, ensejou diversas solenidades para homenagear a oficialidade chilena. Estavam em jogo importantes interesses

diplomáticos.

O Chile vencera o Peru e a Bolívia na guerra do Pacífico (1879-83), anexando o deserto do Atacama, rico em depósitos de nitratos. Esta política de expansão chilena vinha sendo duramente contestada pela Argentina que, por sua vez, tencionava alargar suas fronteiras do lado brasileiro, reivindicando a posse da região de Palmas, no oeste do Paraná e Santa Catarina.

Assim, os oficiais chilenos serviam de pretexto para o governo imperial passar um recado ao governo argentino, de que a aproximação entre o Brasil e o Chile representava uma nova composição de forças entre os países sul-americanos.

As homenagens teriam seu ponto alto em um baile na ilha fiscal programado para o dia 19 de outubro de 1889. Com a morte de D. Luís I, rei de Portugal, o baile foi adiado para o dia 9 de novembro. Calcula-se que quatro mil pessoas circularam pelos seis salões de dança, decorados com flores, onde se sobressaíam as cores das bandeiras do Brasil e do Chile.

O bufê, encomendado à tradicional *Confeitaria Paschoal*, na rua do Ouvidor, ocupava um pavilhão especial. Estava disposto em duas mesas enormes, com peças inteiras de caça e pesca. A festa só terminaria às cinco da manhã com uma grande queima de fogos.

Os republicanos não se cansam de explorar a suntuosidade do baile da ilha fiscal e tomam-no como exemplo do desperdício do império. Fazem crer que o comedido D. Pedro II fosse como um Luiz XIV e que o Paço de São Cristóvão fosse uma Versalhes nos trópicos.

E por que tanta mentira? Para que tentavam distorcer os fatos?

Não vemos outra explicação que não a de encobrir seus próprios excessos. Tinham este defeito nefasto de jogar todos os defeitos e vícios nas costas dos outros. Eles não, eles eram puros e imaculados e seus ideais estavam acima de tudo.

Desnecessário é aqui ficar nominando as suntuosidades, os gastos estapafúrdios, o esbanjamento com o dinheiro do povo no regime republicano. Mais de um século de República é mais do que suficiente para mostrar claramente o quão dispendioso tem sido a forma republicana e, o pior de tudo, ela é cara e não dá os resultados esperados.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Faremos a seguir um breve retrospecto da evolução da sociedade brasileira e das contradições gerada por esse desenvolvimento. O tripé em que se sustentava a monarquia se abalara e, com o golpe de 1889, nenhum dos grupos que o sustentavam foi em sua defesa.

São apontados como sustentáculos da monarquia a igreja, o sistema escravista e o exército. Observemos como este tripé ficou abalado.

A questão religiosa

As tensões entre o Império do Brasil e a igreja tiveram origem nas novas diretrizes do Vaticano, fixadas por Pio IX em 1864 nas bulas *Quanta Cura* e *Syllabus errorum*, que condenavam as liberdades modernas, reafirmando o predomínio espiritual da Igreja no mundo. No Brasil, tais mudanças causaram um choque de interesses entre o alto clero, que passou a adotar uma postura ultramontana - romanização do catolicismo - e o Estado.

O ponto máximo do conflito ocorreu entre 1872 e 1875, em meio ao confronto entre o episcopado e a Maçonaria, que resultou na prisão dos bispos de Olinda e Belém.

A Constituição de 1824 havia mantido o *Padroado*, sistema pelo qual as iniciativas da igreja dependiam da aprovação e dos recursos do Estado.

No entanto, por volta de 1850, uma nova geração de eclesiásticos, formada de maneira mais rigorosa e influenciada pela presença de missionários estrangeiros, passou a ver essa atuação do Estado como um obstáculo à propagação da religiosidade mais espiritualizada e da moral mais estrita de que estavam imbuídos, assumindo uma posição ultramontana, que a colocava diretamente sob a direção da Santa Sé, na busca de uma romanização da Igreja no Brasil.

No período colonial, coube à coroa portuguesa a iniciativa de enviar missões católicas para o Brasil, mantendo-as sob sua jurisdição. Caracterizou-se

este catolicismo pelo seu aspecto laical, organizado em irmandades.

Com a bula papal, Pio IX insistia sobre a autoridade suprema da igreja sob a sociedade, condenando enfaticamente a Maçonaria.

No Brasil, desde a independência, a Maçonaria era importante espaço de sociabilidade das elites, congregando em seu meio, inclusive, eclesiásticos.

Em março de 1872, a *Grande Oriente do Lavradio*, loja maçônica do Rio de Janeiro, escolheu o padre Almeida Martins como um dos oradores da sessão de homenagem ao grão-mestre visconde do Rio Branco, para celebrar a assinatura da Lei do Ventre Livre. Publicado o discurso na imprensa, criou-se enorme escândalo, o que levou o bispo D. Pedro de Lacerda a suspender o eclesiástico, sob os protestos dos maçons, que viam na punição uma interferência de Roma nos assuntos internos do Brasil.

Dois meses depois, tomava posse na Sé de Olinda, escolhido por D. Pedro II, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira.

Formado em um seminário francês, já no novo espírito ultramontano, passou a aplicar o espírito reformado em sua diocese. D. Vital temia também a crescente atividade de missionários protestantes, que desde 1830 percorriam a província, distribuindo bíblias e folhetos, os quais ao seu ver, estavam unidos aos maçons, num complô contra a verdadeira religião.

Em fins de 1872, uma circular do bispo proibiu a participação de eclesiásticos em qualquer cerimônia maçônica.

Como represália, uma loja convocou a celebração do dia 21 julho como uma da mais auspiciosas para a humanidade, relembrando a data em que no ano

de 1773 a congregação dos jesuítas fora suprimida.

A coisa ia neste pé, quando um jornal maçônico publicou artigos de um protestante, discutindo a perpétua virgindade de Nossa Senhora.

D. Vital lançou então um interdito sobre duas capelas de irmandades que se recusavam a expulsar os confrades maçons.

Em maio de 1873, D. Vital suspendeu o deão da catedral, a segunda pessoa em importância na hierarquia da igreja local, conhecido regalista e próximo da maçonaria. O fato levou ao saque da tipografia dos jesuítas e a morte de um sacerdote com uma facada.

Temendo a queda do gabinete conservador, a coroa procurou conter D. Vital, ordenando-lhe que levantasse o interdito lançado sobre as irmandades que abrigavam maçons.

D. Vital recusou-se.

Indiciado pelo Supremo Tribunal de Justiça, D. Vital foi preso em 2 de janeiro de 1874, e enviado para o Rio de Janeiro, onde foi julgado a partir de fevereiro, juntamente com D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará.

Ambos foram condenados à pena de quatro anos com trabalhos forçados, o que causou grande comoção.

Várias províncias dirigiram abaixo-assinados, que totalizaram cerca de 100 mil assinaturas, à Câmara dos Deputados.

Apesar de encerrada com a comutação da pena pelo imperador e a anistia concedida aos bispos, a Questão Religiosa acirrou a discussão da relação entre o

poder secular e o espiritual. Para os fiéis tocados pelo ultramontanismo, majoritariamente urbanos e alfabetizados, a prisão dos bispos indicou o caráter arbitrário das instituições, distanciando-os do regime. Para a grande massa da população, ainda presa à religiosidade antiga, aquilo tudo fora uma impiedade.

A questão escravagista

A expansão do mercado internacional e a revolução nos meios de transportes de mercadorias e pessoas possibilitaram um novo ciclo de desenvolvimento na economia brasileira ao longo de todo o século XIX.

Tal desenvolvimento, no entanto, não fez com que as elites brasileiras avançassem em questões cruciais como a questão da mão-de-obra e a questão da distribuição da terra. A grande propriedade, a monocultura para exportação e a mão-de-obra escrava foram os pilares de sustentação de todo este período.

O exército

Desta forma, o Brasil com a independência mudara, mas estas mudanças não foram tão profundas, e os setores e as estruturas de dominação permaneceram praticamente as mesmas.

O que se verificou foi a alternância nas elites que comandavam o país. A ascensão da economia cafeeira, em detrimento do açúcar, deslocou o eixo de importância econômica para o centro sul do Brasil, particularmente para São Paulo e Minas Gerais.

Esse progresso da segunda metade do século XIX acarretou um profundo desequilíbrio entre o poder econômico e político. Os fazendeiros das novas áreas de café sentiam-se tolhidos pelas práticas e estruturas arcaicas do império. O excesso de centralização política, a submissão das Províncias a um governo altamente centralizado, estavam na pauta das principais críticas ao sistema monárquico.

Outro ponto a ser destacado foi a maior importância do exército, principalmente após a Guerra do Paraguai, no cenário brasileiro. Fortalecidos como grupo, o exército brasileiro, principalmente entre a jovem oficialidade, entendia que os políticos civis eram corruptos, cabendo aos militares uma missão regeneradora, de salvação nacional.

Para as novas elites agrárias, o exército apareceu como o instrumento ideal para derrubar a monarquia e instituir um novo sistema de governo que os

colocasse no poder. E foi justamente a aliança destes dois grupos que possibilitou a derrocada do império e a proclamação da República.

É de se notar que as elites brasileiras, tanto do período colonial, imperial e republicano, tiveram um ponto em comum: a manutenção da estrutura agrário-exportadora de produtos tropicais.

Desde os princípios do nascimento da nacionalidade brasileira, já no século XVIII, as elites se bateram pela manutenção da estrutura agrária do país, limitando o acesso à terra. Mesmo com a evolução da mão-de-obra escrava para o trabalho livre, não houve mudanças estruturais significativas na sociedade. O Brasil mudava, progredia, mas estruturalmente permanecia o mesmo.

O resultado deste processo de desenvolvimento foi a perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicam na marginalização de amplos setores da população.

Quando defendemos o sistema monárquico sobre o republicano, não somos tão ingênuos a ponto de acreditar que, no período monárquico, o Brasil era uma maravilha e que não havia problemas de qualquer ordem. A questão não é esta. O leitor, no entanto, pode verificar que os graves problemas que existiam no império, como a pobreza e a questão fundiária, não foram resolvidos pela República, principalmente porque esta colocou nas mãos das oligarquias locais um poder que não usufruíam no Império.

A marginalização por parte das elites brasileira de grandes setores da população brasileira pode ser claramente observada na legislação eleitoral, o que reflete o que muitos historiadores chamam de involução do código eleitoral.

Para as primeiras eleições, ao se compor a Assembleia Constituinte de 1824, tiveram como eleitores os homens maiores de 20 anos, com exclusão dos assalariados e estrangeiros. Com a Constituição de 1824, além da alteração da idade para 25 anos (com algumas exceções, a exemplo de homens casados, oficiais militares maiores de 21 anos, bacharéis formados e clérigos de ordens) e da exclusão de criados de servir e religiosos, introduziu-se o critério que iria definir os direitos políticos dos cidadãos durante todo o império: a renda.

Foi exigido um mínimo de 100 mil-réis anuais por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos para se atuar como votante nas eleições primárias. As eleições eram indiretas, realizadas em dois turnos: no primeiro, os *votantes* escolhiam os eleitores de província; estes cidadãos ativos, reunidos em Colégios Eleitorais, votavam em deputados provinciais e nacionais e em senadores (a eleição de senadores, cujo cargo era vitalício, dependia da seleção do imperador, a partir de uma lista tríplice enviada pelos eleitores).

Para ser *eleitor de província*, segundo turno das eleições, era necessária a renda mínima de 200 mil-réis, eram também excluídos os libertos e os criminosos pronunciados em querelas ou devassas.

Em 1846, na primeira alteração da legislação eleitoral, estabeleceu-se que a renda deveria ser calculada em prata, o que equivalia a dobrar o valor da renda mínima.

Em 1881, com a Lei Saraiva, acabou-se com as eleições em dois turnos no Brasil, estabelecendo-se as eleições diretas. Paradoxalmente, o número de eleitores foi drasticamente reduzido, pois se proibia a participação de analfabetos como eleitores. Com estas modificações, foram extintas as diferenças entre eleitores e votantes, que a partir daí teriam que ter a mesma exigência de renda mínima.

O número de votantes foi drasticamente reduzido: de 1.097.698 em 1872 (10,8% da população), passou para 117.022 (0,8 dos habitantes do Brasil) em 1886.

Em 1912, vinte e três anos depois de proclamada a República, para uma população de 23,2 milhões de habitantes, tínhamos apenas 1,3 milhão de eleitores, ou seja, 5,6% da população. Nas eleições de 1934, o primeiro ano depois da instituição do voto secreto e da Justiça Eleitoral, implantados pela Revolução de 30, o número de eleitores em relação à população em geral era de apenas 7,3%.

Os fatos demonstram claramente que, tanto no Império como na República, as elites brasileiras tentaram, através das legislações eleitorais, retirar as massas do jogo político.

É necessário que se faça justiça, pois foi no período republicano, principalmente com a Constituição de 1988, que o Brasil conheceu uma ampliação do seu número de eleitores. Evoluiu a democracia brasileira, mas as soluções para os graves problemas nacionais de distribuição de renda e a questão agrária ainda não encontraram uma solução adequada.

Esta evolução do número de eleitores no período republicano corresponde a uma evolução natural do desenvolvimento da sociedade brasileira e, com toda certeza, também ocorreria no império.

O partido republicano no império era pequeno. Encontrava seus adeptos mais fervorosos na classe dos estudantes, entre os bacharéis novatos ou entre os cadetes da escola militar. Os militares sentiram-se atraídos pela versão positivista da República, que combatia a monarquia em nome do progresso e pressupunha um exército forte e intervencionista, preconizando o progresso pela

ditadura, pela ação do Estado.

O ideal republicano não era o anseio das figuras mais representativas daquela época. O grosso das classes conservadoras, céticas ou descrentes em relação à monarquia, não via com bons olhos o sistema republicano.

O próprio Marechal Deodoro, que proclamou a república no Brasil, escrevera ao seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca algumas cartas nas quais afirmava:

“República? Seria coisa impossível, verdadeira desgraça. República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa.”

No dia 4 de novembro de 1889, o marechal Deodoro estava acamado (padecia de dispneia, devido a sua arteriosclerose). Mesmo assim, instado pelo seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca, recebeu um grupo de oficiais. Os militares estavam descontentes com o novo ministério chefiado pelo Visconde de Ouro Preto. Acreditavam que este queria reorganizar a Guarda Nacional (um corpo militar formado e armado por homens ricos do interior do país) e fortalecer a polícia no Rio, para contrapô-las ao exército.

A ideia dominante era derrubar o ministério e não a monarquia. Tanto que naquela manhã de 15 de novembro de 1889, ao penetrar no quartel general em que estava instalado o governo, Deodoro bradou: “Viva sua majestade, o Imperador”, ao contrário de “viva a República”.

Destituído o gabinete do Visconde de Ouro Preto, D. Pedro II nomeou Silveira Martins para organizar um novo ministério. Foi a gota d’água. Silveira Martins era inimigo do marechal Deodoro desde os tempos em que servira no Rio Grande do Sul. Diz-se que os dois tiveram suas desavenças, principalmente

pela disputa das graças da Baronesa do Triunfo. Sabendo da nomeação de Silveira Martins e, instado pelos republicanos que o cercavam, o marechal decidi-se pela proclamação da República. As hesitações de Deodoro acabaram. Ele chamou Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e falou: "Digam ao povo que a República está feita."

Houve ainda uma tentativa de se promover um encontro entre D. Pedro II e o Marechal Deodoro (este sempre dizia que eles eram amigos, que lhe devia favores), mas o marechal recusou-se com estas palavras:

"Se eu for, o velho chora, eu choro também, e está tudo perdido".

O deputado republicano Aristides Lobo, conspirador da causa republicana, registrou na imprensa paulista:

"O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sincera-mente estar vendo uma parada."

Um exemplo claro de que a alma popular era francamente favorável à monarquia e ao Imperador, pode ser verificado nos lamentáveis episódios imediatamente após o dia 15 de novembro.

Durante todo o dia 16 de novembro, a Família Imperial ficou detida no paço da cidade. Por volta de três horas da tarde, ouviu-se o estrépito de patas de cavalo. Era um esquadrão da cavalaria, liderado pelo Major Sólon, que subiu as escadas do palácio com uma mensagem para o imperador. Foi introduzido no Salão chamado das *Damas*, onde se encontrava a família imperial. Era o comunicado do Governo Provisório da República, notificando o imperador de sua destituição e lhe dando um prazo de 24 horas para deixar o país.

Mas como os republicanos temessem que o povo, vendo o imperador e sua família sendo humilhados pelas ruas do Rio, resolveram que o a Família Imperial deveria embarcar de madrugada, às escondidas, na calada da noite.

O Imperador que reinara durante 50 anos, o homem correto, o homem que tanto amara o Brasil, via-se agora na condição de prisioneiro do governo republicano, a ter que embarcar nas sombras da noite.

D. Pedro II protestou, dizendo:

“ Que é isto? Então vou embarcar a esta hora da noite?

- *Assim exige o governo.*

- *Que governo? Indagou D. Pedro II.*

- *O governo da República.*

- *Deodoro está metido nisso?*

- *Está, sim senhor. Ele é o chefe do governo.*

- *Então estão todos malucos! Rematou o Imperador.”*

Depois de protestar contra o adiantamento da hora da partida, dizendo que não era nenhum fugido, para embarcar àquela hora da madrugada, clandestinamente, consentiu afinal em submeter-se à imposição do governo provisório, sobretudo para evitar possíveis conflitos ou derramamento de sangue.

D. Teresa Cristina, a Imperatriz do Brasil, que sempre tivera uma postura digna e reservada diante de assuntos políticos, chorava convulsivamente no

momento da partida forçada. Afirmaria ao Barão de Jaceguai, que a tentava consolar, pedindo-lhe resignação:

"Tenho-a e muito. Mas a resignação não impede as lágrimas. E como deixar de vertê-las, ao sair desta minha terra, que nunca mais hei de ver?"

As condições humilhantes a que foi submetida a Família Imperial brasileira provam o total despreparo, a incapacidade e o desrespeito à nação brasileira pelos homens que usurparam o poder e proclamaram a República.

D. Teresa Cristina, não resistindo as atribulações das últimas semanas, acabou por falecer no exílio em Portugal. Nos seus últimos instantes, ainda confidenciou à Baronesa de Japurá:

"Maria Isabel, eu não morro de doença. Morro de dor e desgosto."

Partiram assim, tristemente para seu exílio na Europa, D. Pedro II e toda a Família Imperial. Num último gesto poético de amor ao Brasil, decidiram enviar um pombo com uma mensagem ao povo brasileiro. D. Luiz de Orleans e Bragança, então com onze anos de idade, assim relataria o episódio em seu livro *Sob o Cruzeiro do Sul:*

"Um pouco além de Cabo Frio, lembro-me como se fosse hoje, meu avô querendo dar ao Brasil uma prova do seu inalterável amor, fez-nos soltar um pombo, em cujas asas ele próprio havia amarrado uma última mensagem. À vista da terra ainda próxima, a ave largou vôo; mas um longo cativeiro lhe havia sem dúvida alquebrado as forças. Depois de haver lutado alguns momentos contra o vento, esmoreceu e vimo-lo cair nas ondas. O bilhete dizia: Saudades da Pátria."

O exílio do imperador provavelmente lhe abreviou a vida. Isolado, com poucos recursos, vivendo modestamente em hotéis, ele passou o resto de seus dias só, tendo o consolo de seus livros e dos poucos amigos que ainda lhe eram fiéis.

O conde Afonso Celso, em visita que fez a D. Pedro II, relata-nos a tristeza do imperador em seu exílio, lamentando-se que ninguém lhe escrevia, nem se interessavam como ele estava passando.

Em visita ao escritor Camilo Castelo Branco, que já estava cego, D. Pedro II lhe disse:

"- Console-se meu Camilo. Há de voltar a ter vista.

- Meu Senhor, a cegueira é a antecâmara de minha sepultura.

- Perdi o trono, Camilo, e estou exilado. Não voltar a Pátria é viver penando.

- Resigne-se, Vossa Majestade. Tem Luz nos seus olhos.

- Sim, meu Camilo, mas falta-me o sol de lá."

Em 1891, D. Pedro II foi viver em um modesto quarto de um hotel de Paris. Levou com ele um pequeno travesseiro com terra brasileira, afirmando que queria ser enterrado com ela. Sentido a morte próxima, pediu o travesseiro e com ele exalou o último suspiro.

"Nunca me esqueci do Brasil. Morro pensando nele. Que Deus o proteja."

Morreu D. Pedro II, modestamente, no silêncio do seu exílio. Desamparado

do Brasil que tanto amara. Poucos eram seus recursos financeiros. Reflita o leitor sobre este aspecto e compare-o com os ex-presidentes que foram proscritos de seus países. Estes últimos vivem em seus exílios como verdadeiros nababos, usufruindo descaradamente tudo aquilo que roubaram do povo em seus anos de governos. Quanta diferença!

O governo republicano brasileiro não quis participar das homenagens que a França fez a D. Pedro II em seus funerais.

As homenagens que o presidente da França Sadi Carnot fez por ocasião das exéquias do imperador deposto do Brasil desagradaram ao governo Brasileiro.

Os funerais de D. Pedro II atraíram uma multidão de pessoas que vinham lhe prestar as últimas homenagens. Enviados de todas as nações compareceram a fúnebre cerimônia.

No dia 9 de dezembro de 1891, muito cedo, apesar da chuva incessante e do vento frio, verdadeira multidão começou a ocupar a Praça da Madaleine. Os correspondentes dos jornais *Daily Telegraph* e do *Daily Mail* escreveram que havia tanta gente nos funerais de D. Pedro II quanto nos de Victor Hugo.

Só se notou a ausência de representantes do governo brasileiro. O Brasil oficial negou-se a tomar parte das homenagens ao velho imperador.

A QUESTÃO DINÁSTICA

Aquele que tiver interesse pela forma de governo monárquica e sua aplicação no Brasil esbarrará em uma questão fundamental.

O golpe militar de 1889 quebrou a sucessão natural ao trono brasileiro. Restaurada a monarquia brasileira, a quem caberia colocar a coroa e ser aclamado imperador do Brasil?

Há muita controvérsia a este respeito. Tentaremos expor os dois principais ramos que aspiram ao trono brasileiro.

A princesa Isabel, herdeira presumível ao trono brasileiro, com a morte de D. Pedro II assumiria a chefia do Estado brasileiro e, possivelmente, seria aclamada como Isabel I.

O fim abrupto da monarquia brasileira e a subsequente expulsão da Família Imperial do Brasil provocou a quebra da ordem natural na sucessão dinástica.

D. Isabel e o conde d'Eu tiveram três filhos: Dom Pedro de Alcântara (1875), Dom Luiz (1878) e Dom Antonio (1881), sendo que este último morreu solteiro em 1918.

Dom Pedro de Alcântara era o primeiro filho de D. Isabel e, sendo filho do herdeiro presumível ao trono brasileiro, recebeu o título de príncipe do Grão-Pará. Pois este príncipe quis casar-se com a Condessa Elisabeth Dobrzensky von Dobrzenicz, que não tinha ascendência real. Dona Elizabeth descendia de uma

antiga família nobre da Boêmia e era filha do Barão João Wenzel.

A princesa Isabel, chefe da Família Imperial, cabia aprovar ou não o casamento. E ela não aprovou. Por quê?

A Casa de Bragança, a que pertence a dinastia brasileira, era antiga e respeitada. Os Braganças reinavam em Portugal desde 1640. No Brasil, a realidade era outra. O império tivera somente dois monarcas. Fortalecer os laços da Família Imperial brasileira com as grandes casas reinantes na Europa parecia ser de suma importância para Dona Isabel. Temia que a Casa Imperial brasileira passasse a ser considerada de segunda classe. Era importante que o herdeiro do trono contraísse matrimônio numa família principesca de alto nível.

Pois muito bem. O príncipe D. Pedro, dada as circunstâncias em que se envolviam a questão de seu casamento, resolve renunciar o seu direito ao trono brasileiro no dia 30 de outubro de 1908:

“Eu, o príncipe Dom Pedro de Alcântara Luiz Philippe Maria Gastão Miguel Gabriel Raphael Gonzaga de Orleans e Bragança, tendo maduramente refletido, resolvi renunciar ao direito que pela Constituição do Império do Brasil, promulgada a 25 de março de 1824, me compete a coroa do mesmo país.

Declaro, pois, que por minha muito livre e espontânea vontade, dele desisto pela presente renúncia, não só por mim, como por todos e cada um dos meus descendentes, a todo e qualquer direito que a dita Constituição nos confere à Coroa e trono brasileiros, o qual passará as linhas que seguirem a minha, conforme a ordem de sucessão estabelecida pelo Art. 117. Perante Deus, prometo por mim e meus descendentes manter a presente declaração.

Cannes, 30 de outubro de 1908.”

A renúncia do príncipe do Grão-Pará causou mudanças profundas na ordem de sucessão ao trono brasileiro.

Ocorre que, apesar da renúncia, surgiram dois ramos que chamam a si a legitimidade na sucessão ao trono do Brasil. Os dois ramos são denominados a saber:

a) Ramo de Petrópolis

b) Ramo de Vassouras

Ramo de Petrópolis

Findo o banimento da Família Imperial em 1922, D. Pedro de Alcântara voltou ao Brasil com seus familiares. Foi com ele que as autoridades brasileiras se entenderam a respeito das indenizações devidas aos bens particulares de sua família, confiscados pela República.

Cumpre ressaltar que na época da suspensão do banimento, seu irmão D. Luiz já havia morrido (1920) e seu filho, D. Pedro Henrique, tinha apenas treze anos.

O fato é que, se na Europa a projeção de D. Pedro de Alcântara fora naturalmente maior do que a do menino D. Pedro Henrique, no Brasil essa projeção só aumentou. D. Pedro de Alcântara era brasileiro nato, nascera e se criara no Brasil e passava agora a viver no Palácio do Grão-Pará, onde ainda viviam tantos amigos de seu avô e pais.

D. Pedro Gastão sucedeu ao pai na chefia deste ramo, teve seis filhos: D. Pedro Carlos (1945), Dona Maria da Glória (1946), D. Afonso (1948), D. Manuel (1949), D. Cristina (1950) e D. Francisco (1956). Seu irmão, D. João, tem um filho, D. João Henrique (1954).

D. Pedro Gastão tinha boas relações com os círculos da vida pública brasileira, além é claro de suas relações pessoais e familiares no exterior. Foi tio do rei Juan Carlos da Espanha, tio do Duque de Bragança, pretendente ao trono de Portugal; cunhado do Conde de Paris, chefe da casa real francesa e sogro do

príncipe Alexandre, chefe da casa real da Sérvia.

D. Pedro Gastão tinha um único irmão, D. João, tenente coronel aposentado da Força Aérea Brasileira, que vive em Parati, produzindo uma cachaça que lhe deu fama. D. João teve um único filho, D. João Henrique ou, como é mais conhecido, D. Joãozinho.

Ramo de Vassouras

Quando do levantamento do banimento da família imperial no Brasil (1922), D. Pedro Henrique tinha apenas treze anos e não teve condições de permanecer no Brasil. Só voltaria ao Brasil no final da segunda guerra mundial.

Sendo órfão e com apenas treze anos de idade, D. Pedro Henrique, apesar de também ter passado pelo Brasil em 1922, resolve voltar à Europa, o que muitos acreditam ser por razões financeiras, só voltando ao Brasil depois da guerra, já casado e com quatro filhos. Curiosamente, D. Pedro Henrique registrou seus quatros primeiros filhos, D. Luiz, D. Eudes, D. Bertrand e D. Isabel, como cidadãos franceses. Só muito mais tarde, estes passaram a adotar a cidadania brasileira.

No seu retorno ao Brasil, instalou-se inicialmente no Palácio do Grão-Pará em Petrópolis, recebendo de um amigo a doação de uma casa no Rio de Janeiro, onde se instalou.

Após as pendências judiciais com seu primo D. Pedro Gastão, em razão da Cia. Imobiliária de Petrópolis, tendo vencido o segundo, D. Pedro Henrique vendeu a casa no Rio de Janeiro e, com a ajuda de amigos, comprou uma fazenda em Jacarezinho no Paraná.

Nesta fazenda, nasceram seus outros oito filhos, num total de doze. Depois, mudou-se para Vassouras no Estado do Rio de Janeiro. Até a sua morte em 1981, D. Pedro Henrique reuniu a sua volta grande parte dos monarquistas brasileiros.

As dificuldades financeiras de D. Pedro Henrique, ao longo de sua vida, fizeram com que este fosse ajudado por Plínio Correia de Oliveira, fundador da TFP, organização reacionária e de extrema direita.

Talvez como gratidão ao Dr. Plínio Correia de Oliveira, ingressou seu terceiro filho na entidade, D. Bertrand, tendo mais tarde o próprio D. Luiz ingressado nessa entidade.

Considerando-se válida a renúncia de D. Pedro de Alcântara, D. Luiz é considerado o herdeiro ao trono brasileiro, tornando-se chefe da Casa Imperial Brasileira.

D. Pedro Henrique, ainda na fazenda de Jacarezinho, reuniu seus filhos e os conclamou para dedicarem suas vidas ao restabelecimento da monarquia, fazendo um pedido especial a D. Luiz e D. Bertrand, que não se casassem para melhor se dedicarem a esta missão.

Os dois príncipes têm seguido as ordens paternas. A sucessão dinástica recairia, assim, em D. Antonio, casado com a princesa Cristine de Ligne, com quem tem quatro filhos.

O fato é que a ligação dos príncipes com ideias e entidades ultra-reacionárias fizeram com que este ramo caísse num total desprestígio na sociedade brasileira.

Fica assim criado um impasse, pois a legitimidade dinástica não é somente essencial à monarquia, mas antes de tudo é a própria monarquia.

Segundo os defensores do ramo de Vassouras, D. Pedro Gastão e o ramo de Petrópolis estariam excluídos da sucessão.

Por outro lado, quando da restauração de uma monarquia, uma decisão constituinte inicial permite que se escolha um príncipe que não seja o sucessor natural e imediato do último monarca, desde que esta escolha se mantenha dentro da linha regular de sucessão, ou ao menos no âmbito da dinastia.

Outro aspecto a se considerar é que o Diretório Monárquico Brasileiro, no início do século XX, entendeu a renúncia de D. Pedro de Alcântara prematura. Segundo o Diretório, esta renúncia só precisaria ter acontecido quando do restabelecimento da monarquia no Brasil, precisando ser homologada pelo Parlamento, nos termos da Constituição de 1824. O visconde de Ouro Preto, o Conselheiro João Alfredo e o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira disseram isto explicitamente à princesa Isabel. Portanto, para muitos a renúncia não foi válida.

Quando do plebiscito de 1993, onde a população escolheria a forma e o sistema de governos, essa divisão no seio da Família Imperial brasileira, associada à questão de que um dos ramos tinha fortíssimas ligações com organizações de extrema direita, esvaziou o movimento. Não havia um candidato que representasse o ideal monárquico e a luta entre os dois ramos pela questão da legitimidade afastou o cidadão daquilo que realmente mais interessava: a discussão sobre as vantagens de uma forma de governo sobre a outra.

Enquanto os monarquistas brigavam entre si, os republicanos presidencialistas se uniram e passaram a defender a ideia de que o retorno a monarquia seria um retrocesso para o país. O fato de um dos ramos estar ligado a TFP foi amplamente divulgado e teve um efeito devastador no âmbito dos que estavam ainda em dúvida entre uma forma de governo e outra.

O deputado Cunha Bueno, um dos líderes do Movimento Parlamentar Monárquico, propôs uma reunião dos dois ramos, que permitisse a formação de

uma frente única com a apresentação de um único pretendente. Realizou-se essa reunião em Brasília em fins de 1992, na residência do Dr. Dario Abranches Viotti, juiz federal aposentado.

Nesta reunião, Cunha Bueno levou a proposta que parecia ser a solução para todos os problemas: D. Pedro Gastão e seus descendentes renunciariam aos seus direitos de sucessão em favor de D. Antonio. Por outro lado, D. Luiz e D. Bertrand renunciariam em favor de seu irmão.

A proposta não foi aceita e o resultado foi a derrota da causa monárquica no plebiscito.

A ENFITEUSE DE PETRÓPOLIS

A palavra até pode assustar, mas enfiteuse é um direito real sobre coisas alheias, previsto no Código Civil Brasileiro, não tendo este sido inserido em favor da Família Imperial.

As terras da Cia. Imobiliária de Petrópolis correspondem à antiga Imperial Fazenda de Petrópolis e fora adquirida por D. Pedro I, sendo posteriormente herdada por D. Pedro II.

Com o intuito de povoar as suas terras, D. Pedro II procurou atrair colonos alemães e instituiu a enfiteuse sobre as terras de sua herança. A enfiteuse é um instrumento útil para a utilização da terra quando sua oferta é maior que a procura, bem como evita a especulação imobiliária.

Em outras palavras, os colonos pobres que chegavam da Europa encontravam terras para trabalhar e viver, sem a necessidade da compra das mesmas. Ficavam apenas com a obrigação de pagar uma porcentagem quando da transmissão do domínio útil a terceiro, o conhecido laudêmio. Nesses contratos, só se começava a pagar após oito anos.

Na enfiteuse da Cia. Imobiliária de Petrópolis, se o foreiro transmitir o domínio útil paga 2,5% de laudêmio.

Podemos notar que a enfiteuse é uma forma mais natural de se fazer a reforma agrária. O foreiro não paga pela propriedade da terra, mas por sua transmissão.

O governo republicano, que vem há mais de um século em sucessivos desastres no que tange a projetos mais consistentes de reforma agrária, sempre se utilizou da enfiteuse como ‘pedra de resistência’ para criticar a monarquia.

Ora, parece-nos claro que a insistência em tais questões tem o objetivo de indispor o povo brasileiro contra a Família Imperial, bem como mascarar o fracasso republicano na reforma fundiária brasileira.

A República quer fazer crer ao cidadão que a enfiteuse da Cia Imobiliária de Petrópolis foi criada para privilégio da Família Imperial. Nada mais errado. A enfiteuse é um instituto multimilenar, remontando à Grécia antiga. Nunca deixou de ser utilizado em obras de povoamento. Assimilado pelo Direito Romano, serviu ao povoamento e colonização das terras da Europa; em seguida, assimilado pelos direitos inglês, francês, espanhol e português, serviu ao povoamento das três Américas e da África.

Cumpre destacar que no Brasil inteiro, do Pará ao Rio Grande do Sul, existem dezenas e dezenas de enfiteuses. Cerca de 90% delas são do Governo federal ou de entidades governamentais, 9% pertencem às Cúrias, Mitras e irmandades religiosas; e 1% a particulares. Nestas últimas, figura a Cia Imobiliária de Petrópolis, cujas ações são de propriedade dos membros da Família Imperial.

Em Petrópolis, a área coberta pela Cia Imobiliária de Petrópolis corresponde a 5% da cidade e não é a única. Existem ainda mais cinco enfiteuses: a da Fazenda do Retiro de São Tomás e São Luis, no bairro do Valois Souto; a da Cia Petropolitana de Tecidos, a dos herdeiros do Comendador Jerônimo Ferreira Alves; a das terras da Fazenda Alto da Serra; e a pertencente à Matriz do bairro de São José do Rio preto.

Para se ter uma ideia, em São Paulo existem enfiteuse em Jales, Santos, Bom Jesus dos Perdões, Bom Jesus de Pirapora, entre outras.

Isto posto, fica ao leitor a reflexão sobre a exaustiva campanha republicana para opor a Família Imperial e o povo brasileiro, em que a enfiteuse é um dos pontos utilizados.

TIRADENTES E A CRIAÇÃO DO MITO REPUBLICANO

Quando da proclamação da República, era necessário a criação de mitos que consolidassem a evolução histórica desse ideal. A liberdade, o desprendimento de interesses pessoais, o ideal de um Brasil forte e unido precisavam ser personificados, um grande vulto histórico era necessário para dar liga ao nascente governo que nascera de um pequeno grupo isolado.

Depararam-se esses homens com um impasse. No Brasil, a figura maior de nossa independência era o próprio imperador D. Pedro I, que havia chamado a si a luta pela independência do Brasil e a construção do Estado nacional brasileiro. Ora, o símbolo maior da criação do Estado Brasileiro era o chefe da Família Imperial, chefe de um regime político que eles republicanos haviam deposto.

A solução para tais inconveniências históricas foi inicialmente jogar a responsabilidade e o planejamento da independência a José Bonifácio, atribuindo-lhe os méritos de Patriarca de um movimento que teve, sem a menor dúvida, a participação crucial de D. Pedro I. Posteriormente, os republicanos voltaram sua atenção para a figura de Tiradentes. É de notar na iconografia republicana da imagem de Tiradentes a tentativa de associá-lo a Jesus Cristo, como forma de melhor impressionar a alma popular.

Assim como Cristo, a imagem republicana de Tiradentes, com suas longas barbas e cabelos, passa a ser a imagem mais conhecida da Inconfidência Mineira.

Quanto à Inconfidência Mineira, tão vivamente festejada pelos republicanos como símbolo do desejo de liberdade dos brasileiros para se libertarem de Portugal, tinha por fim último um calote ao fisco.

Aproximava-se a hora da derrama, isto é, dos impostos legalmente devidos ao governo pela atividade da mineração. Inclusive, a parcela conhecida como quinto d'El Rei. Como a mineração estava em franca decadência havia muito tempo, o quinto d'El rei estava atrasado há cinco anos e somava quase 600.000 contos de réis. Assim, o verdadeiro motivo da inconfidência foi econômico-financeiro.

A propaganda Republicana tenta também impor a Inconfidência Mineira como o primeiro movimento emancipacionista brasileiro. Ora, basta lembrarmos-nos do episódio da Aclamação de Amador Bueno em São Paulo, em 1640, para constatarmos as inconsistências de tais afirmações.

Pense o leitor no que aconteceria se a população de toda uma região do Brasil se rebelasse contra os impostos pagos à República. Imagine que em um determinado momento não quisessem mais pagar imposto de renda ou qualquer outra taxa ao Governo Federal. Qual seria a reação do governo da República, que se vangloria dos mais altos ideais de liberdade?

Não se trata aqui de desmerecer a figura de Tiradentes, cremos ter sido um grande entusiasta e propagandista daquilo que se discutia nos serões das casas de Cláudio Manoel da Costa e de Thomaz Antonio Gonzaga. Mas cumpre ressaltar a utilização desta figura histórica para desvirtuar a verdade sobre a independência brasileira, transferindo-lhe um mérito que não possui.

A associação do 7 de setembro à Família Imperial era intolerável para a nascente República, que tentava transferir a atenção do povo à criação de novos

mitos históricos mais de acordo com seus interesses políticos e ideológicos.

INTERESSES DOS POLÍTICOS ACIMA DA NAÇÃO

O interesse particular dos políticos, acima dos anseios da nação, vem sendo a tônica dominante do regime republicano desde o golpe de 1889. Trata-se de um problema de estrutura congenitamente defeituosa.

Basta observarmos que as soluções para os graves problemas nacionais, fome, miséria, desemprego, habitação, nunca foram enfrentadas sob a ótica de se resolver o problema, mas como se obter dividendos políticos com eles. Assim sendo, temos visto ao longo destes anos republicanos o total desperdício de dinheiro, a descontinuidade de obras e projetos, tudo isto porque o que tem valido realmente é a sobrevivência e a continuidade no poder de políticos ambiciosos.

Tal foi o nível de deterioração do espírito público dentro do regime republicano, que a classe política nada mais é, senão defensora de si mesma e de interesses que nada tem a ver com a nação.

Os defensores da República trataram então de espalhar a ideia de que o povo vota errado, até que um dia aprende e vota certo. Se depender desta classe política compromissada com seus próprios interesses, o povo nunca aprenderá a votar direito, permitindo a sua permanência perpétua no poder.

O voto obrigatório, a ignorância das massas (acentuada pela destruição da escola pública que nos últimos anos vem idiotizando a população) perpetuam o atual estado das coisas e muitos têm a ilusão de que vivemos num regime

democrático pleno.

POR QUE MANTER A REPÚBLICA?

Afinal de contas, por que devemos continuar no regime republicano?

Pois não devemos! Paulo Napoleão, em seu livro *Monarquia: verdades e mentiras,* apresenta-nos alguns dados que fazem pensar:

O custo do regime republicano é muito maior que o monárquico. Para se ter uma ideia, o custo para se eleger um presidente da república em 1995 era de 2,5 bilhões de dólares; quatro candidatos, 10 bilhões de dólares. Comparados à duração média de um reinado, 25 anos, o Brasil teria um custo de 60 bilhões de dólares. E gastamos todo esse dinheiro para eleger pessoas comprometidas com grupos econômicos e oligarquias políticas, que contribuíram para a eleição do vencedor, o qual terá de atendê-los, através de toda sorte de privilégios, deixando os interesses reais da nação em segundo plano.

Se pensarmos bem, nossas opções de escolha para Presidentes da República são sempre limitadas. Os candidatos são escolhidos dentro de seus partidos políticos, não porque sejam os mais capazes, os mais corretos, os mais éticos entre seus pares, mas porque atendem de uma maneira os interesses políticos dos partidos, são carismáticos, tendo maior probabilidade de emplacar frente ao eleitorado.

Assim sendo, no regime republicano os melhores são preteridos pelos piores numa inversão de valores escancarada.

Temos, portanto, visto ao longo destes últimos anos de República,

presidentes incompetentes que se cercam de pessoas que não têm outro interesse que assaltar os cofres públicos, colocando seus interesses particulares acima dos interesses da nação.

Obviamente, quando estas pessoas se vêem confrontadas com esta dura realidade, esperneiam, gritam e lançam os maiores impropérios a quem se proponha a pensar diferentemente.

Quando se apontam os defeitos estruturais do regime republicano e da insensatez em se mantê-lo, lançam mão de argumentos pífios e imorais, tratando de desqualificar os monarquistas como saudosistas, de pessoas que vivem do passado ou coisas deste tipo.

Para eles, a República é inatacável, perfeita, sem máculas, até porque é dentro dela que conseguem perpetuar seus privilégios e interesses particulares.

Na monarquia é diferente, pois esta se pauta pelos interesses da nação.

Nestas poucas páginas, tentei dar ao leitor um pequeno panorama sobre a questão monárquica no Brasil. Esperamos ter acrescentado uma visão que permita uma reflexão sem preconceitos sobre o tema. Deixamos em aberto a questão: Monarquia ou República?

*** *** ***

Para saber mais sobre

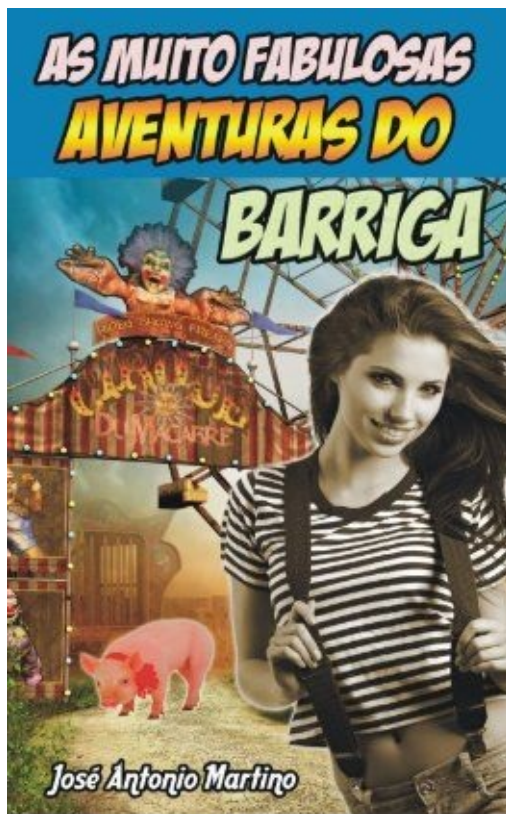
MONARQUIA X REPÚBLICA

visite o blog:

http://monarquiaxrepublica.blogspot.com

Contato com o autor:

joaopaulomartino@ig.com.br

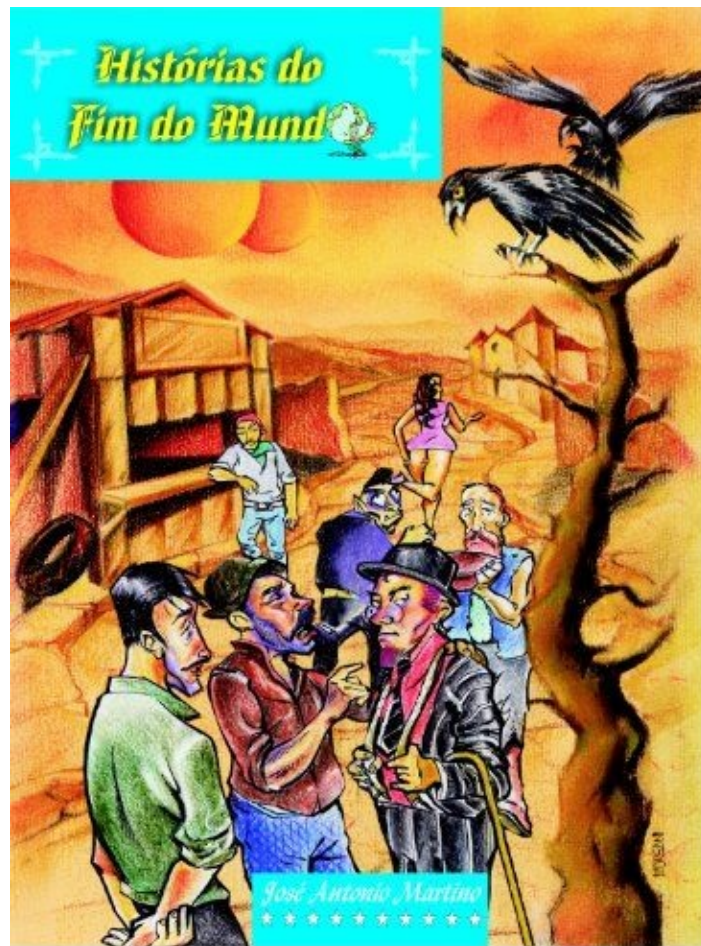
Conheça outros livros desta editora (Todos à venda no Amazon)

As Muito Fabulosas Aventuras do Barriga **(Contos de Humor)** Neste livro, o autor reuniu sete contos engraçadíssimos, todos protagonizados por dois personagens bastante malucos, o Barriga e seu inseparável amigo Jacaré, que se envolvem em diversas confusões. Os contos do livro são os seguintes: 1) Quase Macumba!

2) É Meu, sua Bruxa!

3) Cala a Boca, Joãozinho!

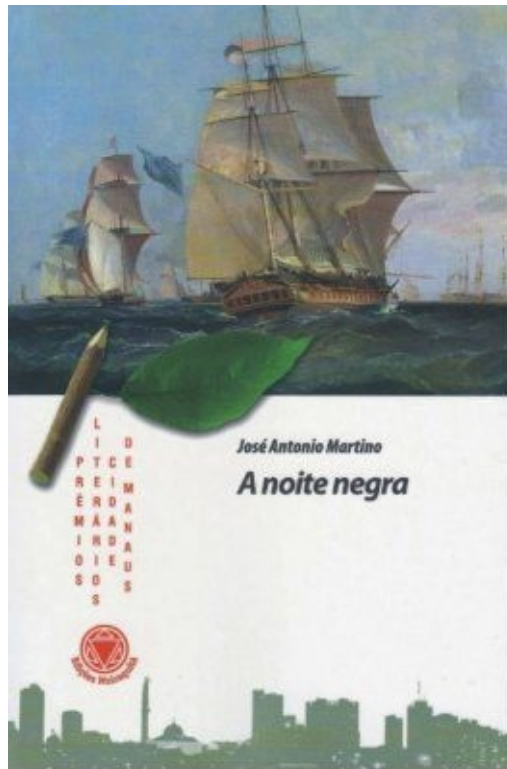
4) Os Porcos, a Cachaça, o Cabrito e a Velha Muito Pelada 5) O Defunto Queria Vingança 6) A Casa Meio Assombrada do Zé Trevoso 7) O Incrível Caso do Colar de Diamantes.

O que pode acontecer numa maluca viagem de caminhão, numa inocente partida de bilhar, numa estranha visita ao dentista? Divirta-se com estas e outras hilariantes aventuras do Barriga e Jacaré, dois personagens lunáticos, que vivem se metendo nas mais diversas enrascadas e confusões, como uma malsucedida macumba feita sexta-feira à noite na encruzilhada atrás do cemitério ou a tentativa de invadir uma casa “meio assombrada”. E o que dizer daquela extraordinária trama de tirar o fôlego em que os dois se metem, quando resolvem dar uma de detetives e acabam descobrindo mais do que deviam...

Histórias do Fim do Mundo (Romance Humorístico)

A história narra as aventuras de Gildavás Pintor, estranho personagem que, estando bebendo com seus dois amigos, Pedro Pexera e o próprio narrador do livro, acredita ter recebido uma mensagem divina e por isso sai pelos descaminhos do mundo em busca da mulher que ele julga ser a mãe do Messias. Em suas andanças, os três personagens (todos são meio malucos e pouco têm de normal) encontram diversas pessoas, também estranhas, que vão se unindo a eles, engrossando a comitiva que haveria de formar o "povo eleito por Deus", para povoar uma Nova Era de paz e prosperidade. É digno de se notar que essas pessoas ditas "escolhidas por Deus para gozar mil anos de felicidade sobre a terra" são em sua essência os párias da sociedade, mendigos, prostitutas, ladrões, etc.

O livro apresenta um delicioso tom humorístico que agrada todas as idades e prende a atenção do leitor do início ao fim, cujo final surpreendente e inesperado é um verdadeiro achado do autor. Histórias do Fim do Mundo tem tudo para agradar os paladares mais exigentes.

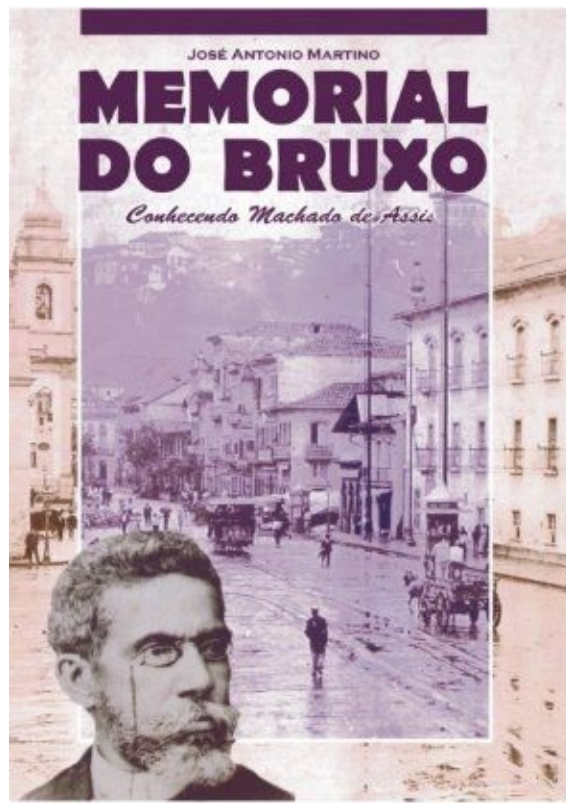
A NOITE NEGRA

(Romance Histórico)

A Noite Negra é um extraordinário romance que se passa no Rio de Janeiro colonial, durante o período das invasões francesas de 1710 e 1711.

Misturando realidade e ficção, o autor nos descortina um fabuloso panorama da vida cotidiana setecentista, em que se misturam padres, prostitutas, piratas, escravos, velhas beatas, sinhazinhas apaixonadas, bêbados renitentes, enfim, toda uma galeria de personagens eternos, contracenando ao lado de personalidades reais, mas hoje praticamente esquecidas das páginas da história oficial e sobre as quais paira uma nuvem de mistério, como Frei Francisco de Meneses, o padre guerrilheiro, e o lendário Bento do Amaral Coutinho, tão famoso em seu tempo quanto os ídolos da televisão em nossos dias.

Conheça, reviva, apaixone-se por este drama inesquecível. Em lances verdadeiramente

cinematográficos, vemos como nossos antepassados se mobilizaram para defender a terra em que viviam, contra as investidas de corsários franceses, aportados aqui para pilhar as opulentas riquezas que eles imaginavam existir na cidade do Rio de Janeiro. Quando Duclerc desembarcou seus homens nas praias cariocas, não poderia imaginar que encontraria toda uma população unida pela mesma causa. Lado a lado, senhores e escravos lutaram bravamente, dispostos a dar a própria vida para defender o ideal da liberdade. Pela primeira vez na história da colônia, tomávamos conhecimento de um sentimento que enche de orgulho os brasileiros: o sentimento de BRASILIDADE.

Memorial do Bruxo Conhecendo Machado de Assis (Biografia)

Ao longo do tempo, Machado de Assis tem sido o escritor mais estudado da literatura brasileira. Embora ele tenha falecido há mais de cem anos, a sua obra continua fascinando as novas gerações, que lêem seus livros como se eles tivessem sido publicados na véspera. Dono de um estilo inconfundível e admirável, Joaquim Maria chega ao século XXI mais atual do que nunca. Odiado por uns e amado por muitos, o autor de *Dom Casmurro* permanece quase como um "acidente" em nossa literatura. De origem muito humilde, "obscuro, artista anônimo, tipógrafo, depois revisor de provas, depois noticiarista, depois cronista, folhetinista e poeta, depois chefe incontestado da literatura brasileira. Apenas isto: uma reputação nacional, feita a pouco e pouco, passo a passo, dia a dia, na modéstia, na perseverança e no trabalho para o pão de cada dia, e no estudo e no esforço nobre para conquista do saber e da glória". Assim Lúcio de Mendonça descreve o amigo, defendendo-o contra acusações de Diocleciano Mártir, que denunciou Machado como um dos inimigos da República! São casos como este e muitas outras anedotas e curiosidades ligadas ao "bruxo do Cosme Velho" que o autor nos revela neste livro delicioso, escrito numa

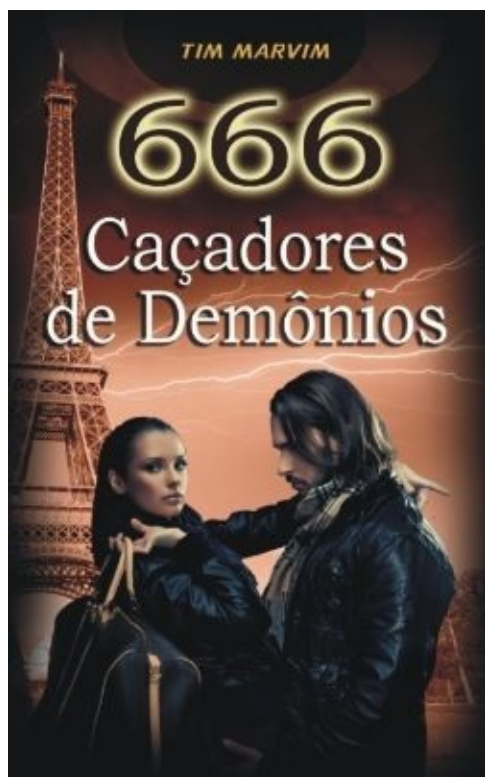
linguagem simples e agradável, indispensável não só a estudantes de Letras, mas a todos interessados na obra do grande mestre. Enfim, acabamos descobrindo uma nova face do escritor que diziam viver escondido como um caramujo: um homem apaixonado pela vida, pelos seus semelhantes e pelo seu tempo. Em *Memorial do Bruxo*, José Antonio Martino nos apresenta um Machado de Assis bem mais humano do que aquele legado por muitos de seus biógrafos. O mito do escritor indiferente à dor humana e alheio às questões sociais de seu tempo não serve mais para rotular o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Aqui, vemos Machado como um homem de seu tempo, amigo dos amigos, funcionário público exemplar, completamente dedicado ao mundo das letras.

Tendo nascido numa família muito pobre, no Morro do Livramento, cedo o pequeno Joaquim Maria percebeu que somente através de muito estudo poderia conseguir ascender socialmente. Logo vem para a cidade, atrás de trabalho, e é acolhido por Paula Brito, que ficara entusiasmado com a inteligência do menino. Em pouco tempo, o jovem entra para o jornalismo, onde escreverá contos e crônicas por quase toda a vida. Adora freqüentar teatros e vive deslumbrado com as atrizes. Aos trinta anos, casa-se com Carolina, irmão do poeta Faustino Xavier de Novais. Neste livro, o autor lança novas luzes a respeito da misteriosa vinda de Carolina para o Brasil, um dos pontos mais obscuros ligados à biografia de Machado de Assis. Entrando para o funcionalismo público, num emprego estável e seguro, Joaquim Maria pôde dedicar-se ainda mais à literatura, tendo sido reconhecido pelos seus próprios contemporâneos como o homem de letras mais completo de seu tempo.

666 – Caçadores de Demônios

666 – The Devil Stalkers

Autor: Tim Marvim

Agora à disposição em inglês e português!

(Romance de aventuras, mistérios e enigmas)

Um misterioso assassinato no convento de Santa Maria delle Grazie, em Milão, é o ponto de partida desta trama eletrizante e envolvente. Acusado pela morte de frei Abelardo, o jovem Michael vê-se obrigado a fugir do convento para não ser preso e acaba sendo envolvido numa perseguição cinematográfica a fim de escapar não só da polícia, mas de fanáticos religiosos, os quais imaginam que o rapaz descobriu o local

onde se encontra o fabuloso tesouro templário. Após ter achado três livros preciosíssimos nos subsolos do convento, Michael começa a investigar o que há de verdade naqueles velhos manuscritos. Para provar a sua inocência, ele precisará desvendar o maior segredo de todos os tempos, um segredo tão terrível, que vem sendo guardado a sete chaves pela igreja há quase mil anos. Após decifrar diversas pistas escondidas pelos cavaleiros templários nas "sete torres do demônio", Michael descobre aterrorizado que não é apenas a sua vida que corre perigo, mas o destino da própria humanidade.

Livro moderno e dinâmico, repleto de mistérios, lugares exóticos, lances formidáveis e imprevisíveis, este novo romance de Tim Marvim deita um olhar original sobre o eternamente decantado "número da besta", misturando previsões apocalípticas e profecias de Nostradamus à Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo, cartões de créditos, numerologia e códigos de barras. Um livro excitante, que certamente encantará todos os leitores que amam aventuras e enigmas.

---

[1] In: *Monarquia: verdades e mentiras* p. 217.